

A cidade clandestina

Trabalho e Cidadania As trabalhadoras de Contagem

NEVES Magda de Almeida

Rio de Janeiro Vozes 1995

Alice Hilda Lucia Eugênia Eliane Cleuza Jandira Alzira são algumas das mulheres que entretecem com seus relatos a experiência de vida nas áreas industriais da Cidade Industrial de Contagem em Betim Minas Gerais O período e o dos anos da aposta na industrialização do governo Kubitschek de Janio e Goulart do milagre econômico durante a ditadura dos governos militares e da luta pela democratização do país Três décadas de história do trabalho no Brasil resgatadas por Magda de Almeida Neves em *Trabalho e Cidadania As trabalhadoras de Contagem* O ponto de vista feminino privilegiado lembranças da vida de áreas agrícolas a esperança de melhores condições de vida o sonho da ascensão social implícita no preconceito da superioridade do operário em relação ao trabalhador rural lembranças que também se compõem com o tempo da juventude passada no pesado trabalho fabril a ausência de qualificação profissional o salário baixo os obstáculos a uma progressão para os postos melhor qualificados o emprego precário e em constante ameaça frente ao casamento a gravidez acontecimentos importantes e socialmente positivos

Nas lembranças dessas mulheres captamos o lado digamos informal da vida nas fábricas e nos bairros operários uma história outra contrastada com o registro oficial que elaborou para esses anos a imagem de desenvolvimento e consolidação do parque industrial da diversificação de sua estrutura e sua transformação num efetivo aglomerado industrial desenvolvimento este estimulado pela infra estrutura fornecida pelo

poder público para a instalação das unidades fabris e pelos incentivos fiscais e financeiros proporcionados a industriais brasileiros e a grandes empresas estrangeiras e multinacionais

A partir dos anos 1950 um amplo terreno do distrito de Betim e ocupado pela Cidade Industrial de Contagem Nele a instalação de um parque fabril concretiza as aspirações de crescimento econômico da região marcado como diz Magda pelo imaginário do governo e dos empresários que procuram () os elementos impulsionadores do progresso e da construção de uma nova ordem regida pela racionalidade da produção industrial A Cidade Industrial se estrutura entretanto na convivência com uma outra cidade que aos poucos se forma a cidade clandestina das favelas desordenada em sua implantação sem infra estrutura cujo único benefício é estar encostada as fábricas

Duas cidades duas experiências do crescimento econômico do progresso Nos depoimentos colhidos por Magda impõem-se em contraponto notas dissonantes a lógica da produção fabril Em seus relatos se inscrevem com força palavras que nos trazem a memória observações de Hannah Arendt sobre a condição humana Pessoas trabalhando lado a lado labutam para assegurar a sobrevivência por não estabelecem entre si relações de solidariedade Acompanhar o ritmo das máquinas manter elevado o nível da produtividade ultrapassar as marcas obtidas por outros operários são preocupações que compõem a vida diária do trabalhador fabril O descompasso entre as potencialidades físicas e psíquicas e as condições de trabalho na linha de produção fazem da atividade operária um sacrifício cotidiano um verdadeiro suplício de Sísifo um eterno recomeçar algo que nunca finda sofre solução de continuidade apenas durante as poucas horas de repouso Sujeira barulho ameaça de mutilação vigilância permanente contenção das necessidades fisiológicas um aqua

dito sinistro e sombrio. Nas fabricas em que o barulho ensurdecedor e a sujeira são eliminados isto acontece por imposição da natureza do produto a ser fabricado. Na industria eletrônica a boa qualidade das peças exige absoluta limpeza daí o ambiente asseptico. Condições de trabalho a primeira vista excelentes: limpeza e silêncio resultam frequentemente num ambiente ainda mais agressivo a natureza humana. A hostilidade das condições usuais de trabalho se vê acrescida no caso das operarias com o peso da hierarquia do mando masculino, a limitação das tarefas rotineiras e repetitivas, a não equiparação salarial para as mesmas tarefas executadas pelos colegas homens, as cantadas dos chefes, a humilhação do controle mensal da gravidez, em suma o ônus da condição feminina.

Condições de trabalho denunciadas por inumeros observadores sociais já nos começos da implantação do sistema de fabrica prevalecem ainda hoje mesmo nas areas de concentração da industria de ponta. Ou seja a logica da produção fabril que privilegia as coisas e não as pessoas permanece a mesma passados dois seculos.

Finalmente desde Adam Smith nos anos 1770 a logica ou racionalidade da produção industrial tem quem por ela ou contra ela fale e loquaz. Encontra contudo nos proprios homens em particular nos operarios um aliado complexo que não traduz na pratica a linearidade e universalidade requeridas. Suas capacidades e eficiências individuais diferenciadas estabelecem forte contraste com o desempenho eficiente regular e ininterrupto das maquinas. E mais se a capacidade intelectual constitui característica importante para o aprendizado, revela-se por uma ameaça latente nos danos possiveis a produção nos momentos em que o cansaço quebra a projetada atenção/tensão permanente na linha de produção ou pior ainda quando o recurso a voz suspende o silêncio com queixas e reivindicações por melhores condições de trabalho, salários mais altos.

Este auxiliar e complemento da maquina demonstra com sua fala que uma outra logica usualmente muda, corre paralela a logica loquaz. É esta outra logica que o estudo de Magda de Almeida Neves desvenda nos depoimentos das trabalhadoras de Contagem: convivem no mesmo tempo historico da racionalidade da produção. Por ser menos loquaz, so e apreensível através da fala dos que a vivenciam os proprios trabalhadores. Por ser menos loquaz, deixa menos registros. Em parte, essas logicas

seguem trajetórias paralelas e apostam no crescimento econômico como objetivo comum. Entretanto, se apartam quando os trabalhadores aprendem que maior produtividade e crescimento econômico não implicam necessariamente melhores condições de salario, de trabalho e de vida para eles, resultam mesmo com frequência em maior desqualificação profissional e exploração do trabalho, em degradação das condições de moradia individual e coletiva nos bairros carentes de infra-estrutura.

Mas desse aprendizado surge a lição maior: esta diferença profunda e possivel pelo fato de eles, os trabalhadores, não terem sua humanidade plena reconhecida, não terem direito a voz, serem considerados cidadãos passivos e não ativos, diferenciados dos que têm acesso a palavra falada e escrita, aos diversificados meios de comunicação. Confundo e paradoxalmente, em meio a mesma experiência que lhes nega a condição de sujeito politico e lhes impõe a de mercadoria submetida às oscilações do mercado de trabalho, sua identidade individual e coletiva se constrói positivamente no reconhecimento e afirmação da diferença, mas também na busca da condição de sujeito politico, de cidadão com possibilidade de acesso ao espaço publico, a cidadania plena.

O estudo de Magda fala da experiência de trabalho e de ação politica e evita cuidadosamente conclusões generalizantes sobre a classe operaria. Aceitando o desafio de trabalhar com as relações de gênero, a autora persegue nas vivências femininas a forma como se inserem no mercado de trabalho, como conjugam a esfera de suas atividades domesticas com o trabalho e atividades comunitarias, como aos poucos se impõem nos varios espaços da ação politica, em suma, o que lhe é particular e a reelaboração de significados nas relações com os homens, colegas e maridos.

Na trama da experiência comum de operarias e operarios, Magda indica algumas constantes. A mudança nos padrões de comportamento e a reformulação do código ético acompanham o movimento migratorio das áreas rurais para a cidade. O medo da perda do emprego, acrescido com o da repressão politica nos anos da ditadura militar, inflige danos semelhantes a homens e mulheres trabalhadoras. A vivência da contradição entre crescimento econômico das industrias e exploração econômica somada a espoliação urbana deixa claro que ao aumento do espaço conquistado pelas fabricas corresponde a ampliação da área ocupada pelas favelas e condições de

vida piores. A constituição da identidade operária positivada pelo sentimento de solidariedade e a politização da classe operária são correlatas à formação do sujeito coletivo. A cidadania conquistada graças à politização de espaços como a fábrica e a igreja e a elaboração de novos espaços de sociabilidade de solidariedade, reflexão e ação políticas a partir de problemas cotidianos e comuns nas Associações de Moradores e Associações de Creche. Uma trajetória nem sempre compartilhada por homens e mulheres percorrendo entretanto caminhos semelhantes.

Magda registra em detalhes, com sensibilidade e segurança, a formação de um **espaço público outro** onde novos significados e representações são inscritos pelos operários e operárias aos quais vêm se aliar os demais moradores da área industrial de Contagem. Unidos eles constituem o espaço de autonomia frente à exclusão política imposta pelos governos militares, um verdadeiro e difícil ensaio de construção de uma trajetória própria, não submetida aos altos e baixos da economia, uma trajetória que traduzisse uma possível liberdade, a plena condição humana, na qual fosse negada a condição de mera força de trabalho, de mercadoria alienável. Com maestria, a autora estabelece a diferença entre as experiências masculina e feminina, mostra a reelaboração de um novo mundo de símbolos e pre-conceitos de um novo imaginário do universo operário e de sua inserção na sociedade contemporânea.

Vai mais longe, porém, ao introduzir a pluralidade que também se insere nas trajetórias das próprias mulheres. Uma nova personagem entra em cena na década de 60, as militantes de esquerda. Atuando no meio operário, elas, em sua maioria, estudantes universitárias, pouco se dirigem às operárias, carregam ainda uma concepção masculina da política, embora reivindiquem para si a quebra desses preconceitos no interior das organizações. Nesses anos, o sindicato continua sendo o mundo dos homens e a greve um ato masculino. Nas lembranças das operárias sobressaem com vigor os obstáculos postos pelos preconceitos pela pressão da família (os maridos) e pela discriminação dos colegas de trabalho.

A constituição de uma identidade/consciência coletiva feminina precisou então buscar lugares menos conflitantes mais apropriados à presença da mulher. Igreja e trabalho comunitário, onde se unem oração e reflexão, leituras do círculo bíblico e informações. São lugares que lhes proporcionam o acolhimento

em grupos restritos, como as CEBs, onde a exposição pública é menor, onde há espaço para a constituição da imagem de sujeito sexuado, sendo desnecessário negar a identidade feminina. A anônima e silenciosa dona de casa ascende à participação política numa trajetória muitas vezes apartada do operário.

Nessa intrincada rede de reelaborações de sociabilidades e imagens, três instituições em crise na década de 70 se reestruturam, vindo em apoio dos trabalhadores. Atuam como verdadeiros suportes da resistência operária. A Igreja Católica, os grupos de esquerda e a estrutura sindical revêem suas posições e refazem suas matrizes de pensamento e ação. Fundam-se Associações de Moradores nos bairros e nelas a presença feminina é preponderante. Os clubes de mães e creches comunitárias resolvem problemas comuns às mulheres que saem para o trabalho, o mutirão, essa experiência da construção solidária, abre uma nova oportunidade de encontro de homens e mulheres numa tarefa compartilhada onde tudo pode ser conversado. Constituem formas de estabelecer um relacionamento impossível na linha de produção. Solidariedade construída na solução de questões comuns, importante maneira de se descobrir a força do poder civil organizado. Solidariedade que atravessa também os muros das fábricas e subverte o espaço do trabalho unindo homens e mulheres na resistência. Pequenas ações com frequência invisíveis dão a dimensão da ousadia que vem substituir o medo do desemprego e das punições. Ações invisíveis dão visibilidade e vozes às operárias, conferem identidade própria entre seus companheiros homens.

Nas fábricas, as reivindicações dão espaço à especificidade das demandas femininas: banheiros limpos, refeitório para as marmiteiras, horário para o lanche, recusa do controle periódico da gravidez, o fim do convívio forçado com os chefes nas festinhas de fim de semana. Em outras palavras, as condições mínimas de sobrevivência assumem para as operárias uma nova dimensão, a da **dignidade**. Nos sindicatos, a presença ativa das mulheres acontece no final dos anos 70, com as mudanças na prática sindical masculina, o I Congresso da Mulher Metalúrgica e o amplo movimento feminista. Mesmo os momentos de derrota da oposição sindical são vivenciados como experiência incentivadora de outras lutas. Ecos repostos em outro diapasão da solidariedade festiva, mas precária, dos Primeiros de Maio de 68 e 78.

Três décadas de experiência operária num percurso onde a industrialização de uma área

se deu concomitantemente a transformação de trabalhadores rurais em operários fabris. Do ponto de vista operário um percurso de construção de identidade própria e de conquista da cidadania. Provavelmente as operárias das décadas de 80 e 90 conseguem agora relembrar esses anos em suas particularidades: momentos de luta, de conquistas, de derrotas, momentos alegres, outros tristes. Conseguem aquilo que Alice, metalúrgica aposentada, foi incapaz de fazer: *recortar em tempos diferenciados os trinta anos de trabalho fabril*, para ela um só bloco

de trabalho duro e de privações sofridas. Sabe-mos através do livro de Magda, como essas mulheres de Contagem conseguiram em lutas, às vezes partilhadas com seus colegas homens, paralelas a deles, com frequência, o reconhecimento de seu lugar no mundo do trabalho como profissionais e de seu lugar como cidadãs no mundo da política. O estudo de Magda desvenda essas lutas em seus aspectos variados, sem preconceitos limitadores.

MARIA STELLA BRESCIANI ■

A precária identidade de gênero

Senhores de Si - uma interpretação antropológica da masculinidade

ALMEIDA, Miguel Vale de

Lisboa: Fim de Século Edições, 1995. 264 p.

Asteorias feministas inspiraram um conjunto de trabalhos em Antropologia que, nas últimas duas décadas, têm inovado a forma pela qual etnografias são produzidas, reavaliado explicações correntes do que é a vida social e redefinido temas centrais da pesquisa antropológica como família, parentesco e organização social. Os debates em torno das diferenças entre sexo, gênero e sexualidade forneceram um instrumental de crítica aos essencialismos, especialmente a Antropologia que faz da crítica à naturalização da vida social um dos aspectos centrais de seu projeto enquanto disciplina.

Boa parte dos trabalhos inspirados nas teorias feministas define como foco de suas pesquisas as relações de gênero. Contudo, as análises colocam a ênfase na experiência feminina, relegando a um segundo plano as reflexões sobre as formas que a masculinidade assume em contextos específicos. É essa lacuna que, com muita sensibilidade, o trabalho de Miguel Vale de Almeida vem preencher. A literatura feminista e a base utilizada para a elaboração teórica da interpretação da masculinidade. Entretanto, a análise cuidadosa dos de-

senvolvimentos desta literatura não impede o autor de apontar seus limites. O desafio que percorre o trabalho como um todo é incorporar ao pensamento sobre o gênero um questionamento que vá além do essencialismo próprio das categorias de homem e mulher e traga para o debate o essencialismo com que a heterossexualidade é tratada, também pelo feminismo. Trata-se assim de mostrar como a perspectiva feminista, centrada na crítica ao patriarcado e preocupada em apontar sua origem e mecanismos de reprodução, que explicitam as formas de opressão da mulher, tendeu a pensar o masculino como equivalente do social. Perdeu-se dessa forma a possibilidade de ouvir a diversidade de vozes masculinas, que por vezes dissidentes da homologia masculino/público/político, abrem espaço para uma desconstrução mais radical do androcentrismo. Processo análogo mantém inquestionada a heterossexualidade que encobre tanto a variabilidade das experiências femininas quanto masculinas.

Fazer uma etnografia da masculinidade não é tarefa fácil. As dificuldades não são apenas fruto da inexistência de um modelo consagrado de como conduzir a pesquisa sobre o tema, mas também da novidade envolvida no questionamento da masculinidade e da heterossexualidade como algo problemático.

No fogo cruzado das críticas que podem vir de todos os lados e que, no mais das vezes, dificultam qualquer inovação, a etnografia da masculinidade apresentada alarga os horizontes da pesquisa antropológica, abre um campo

privilegiado para a experimentação teórica e metodológica e proporciona uma viagem extremamente prazerosa no coração de Pardais aldeia portuguesa na região do Alentejo

Atentar para a masculinidade não é investir os indivíduos de uma identidade exclusiva que molda a percepção que se tem de si mesmo e dos outros e que apaga as histórias específicas e os contextos particulares. Entrar em Pardais e acompanhar uma descrição detalhada das práticas económicas, da distribuição demográfica da população, da pluralidade de vozes que compõem a história local, do processo de trabalho, na exploração dos marmores, da formação de novas hierarquias sociais, do casamento, da honra. Na interpretação dos dados coletados através da observação de comportamentos, mas também de outras técnicas que envolvem a consulta de arquivos e de outras fontes, não está ausente um debate com o que foi dito sobre as mesmas questões em regiões muito próximas ou mais distantes. Por isso mesmo, a abordagem interpretativa proposta não cai em identificações apressadas nem em estranhamentos fáceis.

Sem perder de vista sua problemática central, não se trata, nesse livro, de tudo sacrificar pela masculinidade. Em contraposição às visões estáticas e essencialistas, as identidades são aqui complexas e plurais, construídas por um conjunto de práticas significativas. A identidade de gênero e sempre precária, sua unidade e estabilidade ameaçadas por outras dimensões potencialmente identitárias, como a classe social, idade, cronologia, valores, associações que a modernidade quer a tradição.

O ponto mais problemático do trabalho é o empreendimento exigido para a definição da masculinidade hegemônica: um modelo central que subordina as masculinidades alternativas, modelo da dominação masculina, intrinsecamente monogâmica, heterossexual e reprodutiva. A preocupação de dar conta dos consensos culturais, que podem ser identificados, apesar da variabilidade dos valores e das práticas descritas, afasta o leitor da vida em Pardais e obriga o autor a fazer uma digressão por um conjunto de teorias que desconstruem a análise, exigindo uma abstração das práticas e dos contextos sociais de comunicação. A masculinidade hegemônica serve ora como um modelo típico ideal que torna a abordagem funcionalista inevitável, ora como uma abstração estrutural, um sistema simbólico monolítico, homogeneizador e orientado binariamente. Apesar das ressalvas, o autor parece

às vezes estar mais próximo da ideia de ideologia dominante e portanto passível do conjunto de críticas de que essa noção já foi objeto. A construção de um modelo hegemônico requer ainda um psicologismo que tende a colocar a ênfase nas tensões intrasubjetivas, limitando a possibilidade de descrição e compreensão das tensões intersubjetivas.

O modelo serve, sem dúvida, para situar ideologicamente o autor. Funciona como uma espécie de declaração de princípios, em que um diálogo legitimador do feminismo é estabelecido, aceitando-se a crítica aos essencialismos, sem se declarar pós-feminista. A hegemonia, definida como um modelo, mais do que um instrumento rico para dar conta da pluralidade das contradições e das tensões, leva a uma visão unitária, a uma noção tão ampla que a consideração de que ela determina a estrutura da subjetividade se transforma em uma tautologia vazia, com pouca utilidade para o argumento do livro.

A construção de um modelo fixo, monolítico e todo poderoso que a masculinidade hegemônica requer, não compromete, entretanto, a riqueza com que a variabilidade das masculinidades é tratada no livro. O processo pelo qual a autoridade cultural é negociada e contestada, a hegemonia como um processo pleno de tensões e contradições, em que a possibilidade de contra-hegemonias está sempre presente e recuperado nas descrições feitas com sensibilidade pelo autor de seus personagens ao longo da monografia.

Entender a construção social do gênero e a constituição das masculinidades em Pardais não é se referir a um canto remoto e esquecido do mundo. A aldeia não é um isolado cultural, mas uma zona em transformação. Uma economia pós-agraria que com a indústria dos marmores está indissolivelmente ligada ao mercado mundial. Tratar da cultura e apresentar um processo fluido e de constante redefinição de heranças tradicionais no diálogo com a pluralidade de elementos que podem ser identificados como próprios da cultura globalizada. É na interface entre transformações ao nível local e interação com a economia e a cultura global que os aspectos discursivos e performativos das masculinidades são abordados. A análise ganha densidade com o tratamento dessas configurações empíricas.

Os pontos altos do livro são as descrições dos locais que em Pardais são pontos de encontro exclusivo de homens, os espaços privilegiados da homossexualidade e da dinâmica inventiva através da qual elementos aparentemente

disparos são articulados pelos indivíduos na construção de suas identidades

Leonel Beto e Z Ganhão são os informantes privilegiados da pesquisa empreendida. Pertencendo ao mesmo estrato social e ao mesmo grupo etário, estão ligados por relações de amizade em que o conflito não está ausente. Contudo, o material rico para entender a heterogeneidade com que a masculinidade ganha concretude são as diferenças entre eles identificadas. Como a maioria dos homens em Pardais, eles preenchem grande parte de suas conversas falando sobre mulheres. Leonel, introspectivo e racional, é o solteirão. De botas de cowboy, de biquinha afiada, blusão e calças de ganga, colar e *pins* de bandas de rock na lapela, cultiva elementos performáticos que interpreta como próprios do conquistador solitário. Beto, e casado, extrovertido e sentimental, não perde uma oportunidade de contar suas proezas sexuais de difícil crédito e de descrever seus desejos e vontades predadoras. Z Ganhão, equilibrado e afetuoso, divorciado da mulher que fugiu com outro homem, foi capaz de manter, apesar disso, sua honra intacta na aldeia.

E com ele que os espaços privilegiados da homossexualidade são percorridos pelo autor.

As descrições das hierarquias criadas no trabalho nas pedreiras, da forma como os cafés (casas dos homens) são ocupados, das saídas da aldeia para bailes, festas e *boîtes*, das brincadeiras com os touros, deixam patentes as maneiras pelas quais laços sociais e afetivos exclusivamente masculinos são criados. São espaços discursivos e performativos da moral sexual ambivalente em que regras de uma etiqueta são elaboradas em torno do tema da masculinidade

masculinidades que se afirmam mais pela sexualidade do que pela violência ou a força física.

Se o próprio das masculinidades e a exclusão de todo um campo emotivo considerado feminino, a poesia popular e o reduto masculino para a expressão de sentimentos disforicos, o momento por excelência em que a transgressão é valorizada. Através dela, emoções consideradas femininas são expressas pelos homens e para os homens. A análise empreendida dos textos poéticos locais e do contexto em que se dá a recepção, por parte dos homens, dos sentimentos não masculinos que eles expressam, permite desvendar um conjunto de emoções reprimidas em outros contextos que mostram em que medida os homens tidos como agentes da dominação masculina podem também ser dela vítimas privilegiadas.

Trata-se, portanto, de um trabalho afinado com o momento experimental e reflexivo do projeto antropológico contemporâneo, mas que soube combinar novos desafios com a riqueza das descrições próprias das etnografias mais tradicionais. Um trabalho em que a crítica cultural não é uma promessa não cumprida ou que se reduz a considerações vagas sobre a dominação colonial ou autoridade que o pesquisador exerce sobre o pesquisado.

Uma análise em que o engajamento político e a indignação se combinam com o rigor na descrição das formas específicas que a opressão assume e, por isso, permite vislumbrar transformações sociais em curso e a importância do trabalho antropológico em seus direcionamentos possíveis.

GUITA GRIN DEBERT ■

A insatisfação com o destino da mulher

Clarice Uma vida que se conta

GOTTLIB, Nadia Battella

São Paulo: Editora Atica, 1995. 493 p.

Numa edição luxuosa de fotos, documentos e imagens, em alguns casos inéditos, a professora Nadia Battella Gottlieb apresenta uma análise empolgante e informativa da vida e da

obra de Clarice Lispector, contribuição para os estudos lispectorianos que preenche uma grande lacuna. Desde logo se evidencia a quantidade de material pesquisado e compilado na preparação deste volume significativo, em que pela primeira vez se apresenta um estudo abrangente sobre a escritora e sua obra. Esta abrangência é importante porque a maioria dos estudos sobre Clarice Lispector tem se dirigido a certos aspectos da sua obra ou da vida, sem tentar manifestar a globalidade que Nadia

Gotlib articula no seu livro *Clarice Uma vida que se conta* ganha relevo também por ser a primeira biografia literária de Clarice Lispector uma interpretação que responde sem cair em hermetismo inacessível aos interesses de acadêmicos e do grande público

Escrito num estilo lucido ao alcance de uma audiência familiarizada com a obra da famosa escritora o estudo justapõe a trajetória de vida ao desenvolvimento da narrativa lispectoriana aderindo a postura da própria autora perante o fenômeno ser/escrever em quanto faces da mesma moeda. Evocada no título do estudo esta orientação concebida por Nadia Gotlib é feliz porque sublinha o papel profundo da escrita na vida da autora e ao mesmo tempo demonstra como as singularidades de uma vida podem servir de inspiração não necessariamente autobiográfica mas sim biográfica mente ficcional onde a invenção retrata as vicissitudes de mulheres em estado de procura. Nesta linha a biografia acompanha o desenvolvimento da ficção de CL, ilustrando não somente o processo singular da sua escritura mas sobretudo atestando a busca de uma voz que pudesse comunicar a sua sensibilidade e percepção.

Esta procura evoca a busca feminista no sentido da mulher forjar a sua própria aventura o seu caminho através do contar de sua história. Segundo a feminista Carol P. Christ a necessidade das mulheres contarem as suas histórias é capital porque estas histórias podem dar forma a uma vida com o resultado da mulher conseguir uma visão mais livre e independente da sua existência. Para exemplificar a sua tese Carol P. Christ alude a personagem de Doris Lessing Martha Quest que pela ficção examina as vidas de mulheres conhecidas com o propósito de procurar nelas a individualidade. Desta forma a construção biográfica estabelecida por Nadia Gotlib indiretamente sugere esta procura feminista em que Clarice conta as histórias e biografias desconhecidas das suas personagens revelando as contradições entre sonho e realidade o interior individual e o exterior social as sensações e as obrigações. Sem seguir uma linha explícita ou teoricamente feminista Nadia Gotlib demonstra como a procura estética e literariamente espiritual da parte de Clarice revela a sua insatisfação com o destino convencional da mulher na sociedade. Um dos exemplos usados para ilustrar esta insatisfação é o famoso trecho do primeiro romance onde a personagem Joana não aceita o *happy ending* lendário. Ser feliz é para conseguir o quê? Assim Nadia Gotlib descreve como

a construção da biografia da personagem Joana é enfocada sempre a partir de uma procura de verdade interior ou seja de uma identidade de mulher e de ser na sua complexidade como ser humano vestido com as capas da civilização e delas despidido como ser animal livre e selvagem (167). Concorde mos com esta posição porque ela confirma uma poética do narrar (169) da parte da personagem e da autora ambas questionando o conceito tradicional da representação. Este desafio a representatividade manifestado em toda a obra lispectoriana está intimamente ligado ao fenômeno da criação artística já aparente no primeiro romance onde segundo Nadia Gotlib se vê o pendor para a criatividade na teoria e na prática que a narradora às vezes tão colada a personagem Joana até que ponto a própria Clarice? (169).

Um paralelo entre personagem e autora é tradicionalmente desprezado porque sugere uma leitura autobiográfica e uma intenção literária difíceis de provar mas Nadia Gotlib traça esta linha de pensamento por existirem crônicas que afirmam a posição estética da autora perante o processo da criatividade tema significativo confirmado por muitas das suas narradoras/artistas. Citando a notória crônica

Persona de 2 de março de 1968 publicada no *Jornal do Brasil* Nadia Gotlib assinala como o fascínio pela máscara da parte de Clarice Lispector faz parte da sua arte literária. A forte consciência da vida como representação no escolher e vestir a máscara ajustadamente a ponto de ser (a pessoa e) define o percurso do imaginário de Clarice escolher o que quer ser e ser este outro em estado de liberdade com a horrível liberdade de não ser (124). Ao longo da biografia encontramos momentos em que este paralelo às vezes é exagerado mas na maioria das instâncias a aproximação entre autora e obra se justifica porque se evidenciam preocupações semelhantes com o dilema de ser e não ser expresso na vida e na obra. Segundo vários depoimentos registrados na biografia Clarice vivia este drama. De fato Clarice tinha uma compulsão para se aprofundar na angústia observa o diplomata Lauro Escorel. Mas cultivava essa angústia dramática complementa Sara Escorel. Assim vida e representação se embaralham e se misturam (53). A mistura e a abordagem ontológicas e literárias que percorrem a escrita lispectoriana traduzem a sua procura social e literária que a teoria feminista atesta como primordial para mapear a subjetividade feminina. Notamos até

que ponto esta biografia segue uma linha ontológica e literária com a finalidade de perfilar quanto a busca social arma a procura espiritual/literária de Clarice. Além das crônicas a biografia se apropria com agilidade de depoimentos de parentes e conhecidos e também da correspondência de Clarice para averiguar como vida e obra se respondem e muitas vezes se espelham.

O desafio social e literário assumido por Clarice e amplamente registrado na sua correspondência, sobretudo nas cartas às suas irmãs quando estava residindo na Europa com o marido e tentando cumprir as obrigações de mulher de um diplomata. Graças às suas múltiplas viagens e estágios fora do Brasil, Clarice registra nas cartas, às vezes com muitas contradições, as suas reações a uma vida cheia de protocolo. A biografia tece adequadamente o fio entre viver e escrever, utilizando a correspondência para reconstruir as frustrações e inspirações de Clarice no estrangeiro, como se este viver fora prejudicasse o seu modo de perfencer em vários sentidos: geográfico, social, literário e psicologicamente. Talvez seja por isso que a biografia tenha optado por uma estrutura baseada nas viagens de Clarice e montada sobre a rubrica de Itinerários, assim assinalando a complexidade e a profundidade do seu compromisso com o país e a realidade social brasileira explicitamente abordadas numa crônica significativa intitulada *Pertencer*. Aliás, sua situação como brasileira naturalizada apresentava toda uma problemática sobre pertencer e não pertencer que se relaciona bem com o tratamento delineado por Nadia Gotlib, no qual a própria etnia judaica de Clarice exerce um papel essencial. Ao colocar em cena a formação étnica de Clarice, a biografia toca num assunto que a maior parte da crítica lispectoriana tem evitado.

Ao começar pela emigração de seus pais

Da Rússia ao Recife, a biografia traça o mistério em volta desta experiência e capta quanto é impossível representar todos os por menores de uma fase de vida perdida entre documentos inexistentes e memórias incertas. Todo o mistério dos primeiros anos de vida repetidamente aludidos por Clarice e evocado pela biografia, sugerindo a traumática dificuldade de sobreviver a um deslocamento familiar e nacional ofuscado em grande parte pelo drama da própria história mundial. Neste sentido, a escrita lispectoriana discursa indiretamente sobre como o deslocar se provoca crises de identidade social e individual. Pela primeira vez, esta fase da vida da família Lispector é retrata-

da de uma maneira coerente dentro dos limites da documentação disponível e dos poucos depoimentos ainda possíveis. Por isso, esta biografia representa uma contribuição de alto calibre, seja na compilação de dados históricos, seja na interpretação destes dados e dos textos.

Ao revistar a presença de Clarice na Europa e nos Estados Unidos, bem como as várias viagens pelo Brasil antes da sua fixação definitiva no Rio de Janeiro, a biografia estrutura a formação de uma voz literária que sobreviveu a muitas tragédias pessoais e muitos estados de depressão. Em termos da vida íntima e conjugal de Clarice, a biografia se dirige à questão da sua separação e divórcio com muita discrição, oferecendo algumas pistas sobre esta experiência sem chegar a nenhuma conclusão. Nesta linha, inclui trechos de uma carta de seu marido, nunca antes publicada, que aludem a algumas das dificuldades vividas pelo casal. Na sua visão panorâmica e detalhada da vida e da obra de Clarice, documentada por depoimentos, entrevistas, correspondência e crônicas, Nadia Gotlib também consegue oferecer ao leitor uma interpretação equilibrada e honesta da personalidade da autora. Assim, a biografia desmistifica muitos mitos sobre Clarice, revelando uma mulher que, apesar dos seus momentos solitários e de seu temperamento imprevisível, desfrutava de relações pessoais e familiares. Com o seu retrato literário e histórico, a biografia reconstrói a subjetividade de Clarice, marcando as várias dimensões de sua vida como mãe, escritora, irmã, jornalista, esposa, amiga, brasileira e, sobretudo, mulher, a procura de um modo livre e independente de existir como indivíduo. Desta forma, a biografia faz ponte entre esta subjetividade e o tema da subjetividade feminina desenvolvido ao longo das suas narrativas.

A originalidade desta biografia assenta-se na análise da prosa lispectoriana, interpretada com esmero. Nela estão presentes todas as obras principais: romances, novelas, coleções de contos e muitas crônicas. No contexto da crítica literária, vários temas são desenvolvidos como a questão primordial entre ser/escrever e o desafio do não convencional. De todas as leituras das obras, intercaladas cronologicamente entre as descrições dos itinerários de Clarice, sobressaem as interpretações de *Laços de Família*, *Água Viva* e *A Hora da Estrela*. Estas leituras oferecem *insights* originais e, para ilustrar esta contribuição, cito trechos-chaves de duas leituras para exemplificar as questões essenciais tratadas e sublinhadas por Nadia Gotlib: as de *Água Viva* e de *A Hora da Estrela*.

Anarradora/artista anônima de *Água Viva* através de sua narrativa não linear desafia a representatividade tradicional que a biografia e crítica Gotlib descreve desta forma. A opção pela destruição do convencional na arte implica o estar também à margem da classificação de gêneros narrativos. Inútil querer me classificar, eu simplesmente escapulo não deixando gênero não me pega mais. (411) Na nossa opinião o desafio à rigidez dos gêneros anuncia uma das grandes contribuições da obra lispectoriana sugerida aqui. E em *A Hora da Estrela*, uma novela de vários registros: social, folhetim e metalinguístico, que sofisticadamente se conta a si mesmo. (469) verifica-se a volta ao assunto da criação artística desta vez pela via da alteridade: criar e matar-se como sujeito ou seja, e dar voz ao outro, que se faz com autonomia, já como sujeito da sua própria história. (470) Neste sentido relembramos a busca feminista e a importância que a literatura pode exercer na formação de uma identidade.

O componente de crítica literária entremetido ao longo da biografia também dedica muita atenção às várias linguagens lispectorianas dando relevo ao emprego do lírico na maioria das obras, uma direção já evidente no primeiro romance. O tipo de linguagem que a autora adota surge apenas como uma tentativa de adequação dos meios à matéria narrada ou seja, a lógica não consegue bem representar as sensações, as emoções, o inconsciente e o indefinido da personagem. Daí a opção pelo lírico, traíndo a afirmação da natureza racional da prosa. (184) Tendo declarado aqui o lado poético da escritura lispectoriana, Nadia Gotlib também comenta noutro momento sobre uma

linguagem mais linear manifestada em *A Via Crucis do Corpo*, que introduz uma Clarice mais ousada, enfrentando assuntos tabus como sexualidade e violência.

Em termos de documentação bibliográfica, esta biografia, no seu impulso de agradar a um grande público, frustra o especialista que nem sempre encontra uma correlação entre citação e texto, normalmente detalhada em notas de pé de página ou no fim do capítulo. Forçado a adivinhar ou procurar as possíveis fontes registradas na bibliografia ou nas poucas notas bibliográficas do fim do livro, o especialista não consegue facilmente usar a obra como texto referencial. Devido à vasta pesquisa feita por Nadia Gotlib, este estudo mereceria também servir como recurso biográfico e bibliográfico. No entanto, e apesar da decisão de se optar por um formato menos acadêmico, esta biografia atinge um nível de sofisticação no seu conteúdo, sobretudo na leitura dos textos.

No seu conjunto, o trabalho de Nadia Gotlib representa uma valiosa contribuição para os estudos sobre Clarice Lispector, porque oferece um rico painel de informação recolhido num só volume que ao mesmo tempo reflete perspicácia e abrangência. O enfoque sobre a poética do narrar enriquece a análise da vida e da obra de Clarice Lispector, porque responde ao cerne de uma escritura que manifestou a importância da expressão literária para a vida, como a narradora de *Água Viva* dramaticamente declara: "O que estou te escrevendo não é para se ler, é para se ser".

NELSON H. VIEIRA ■

Sexo seguro para as mulheres?

Reproductive Health Matters Promoting Safer Sex

BERER Marge e RAVINDRAN TK Sundari (ed.)

Londres maio nº 5 1995

No início da década de 90, a comunidade científica, através dos meios de comunicação, expressou sua perplexidade frente a uma questão que até então não se colocava no

contexto da pandemia de HIV/AIDS: **as mulheres estão sendo cada vez mais atingidas!** Os tampares jornais no mundo inteiro, em 1992, quando da VIII Conferência Internacional de AIDS em Amsterdã, de lá para cá, as perplexidades permaneceram, inclusive entre as redes organizadas de mulheres em torno da saúde reprodutiva. Estas só recentemente começaram a romper a paralisia e arregaçar as mangas para enfrentar mais este desafio, em que contexto se situa o sexo seguro para as mulheres? Conciliar a segurança no sexo para as

mulheres e tarefa primeira e urgente já que tal proposta nasce de um modelo masculino e adquire seu significado simbólico e prático principalmente **entre e para** a comunidade gay. Para as mulheres o que significa sexo seguro? Se levarmos em conta a história feminina marcada pelo medo e risco do estupro, da gravidez indesejada, da morte durante o parto mal assistido, temos que pensar o que significa dizer para as mulheres praticarem o sexo seguro. Além disso, persistem as representações preconceituosas da ciência e dos cientistas, a marca mais evidente da AIDS desde o seu início, que continuam associando a transmissão do HIV entre as mulheres a **promiscuidade** e, portanto, as prostitutas, estas seriam os reservatórios de HIV, que ameaçam a humanidade. As boas moças ou seja, as mulheres em idade reprodutiva, casadas, monogâmicas e mães de família, essas não correm risco para o HIV na medida em que são vistas pelo sistema médico inclusive como assexuadas ou como tendo a sexualidade voltada para a reprodução. A preocupação da ciência com as mulheres focaliza a gravidez ou seja, a possibilidade de nascerem mais crianças infectadas. Os reflexos dessas representações se fazem sentir nos programas preventivos, estes têm se voltado principalmente para as prostitutas, as mulheres em geral, em suas diversas situações de vida, têm sido negligenciadas. E é novamente com perplexidade que se constata que as mulheres que estão sendo majoritariamente infectadas pelo HIV são justamente as boas moças, aquelas que se acreditava fora de risco.

Este número de *Reproductive Health Matters*, dedicado a discutir a promoção do sexo seguro sob a perspectiva das mulheres, é portanto muito bem vindo. As editoras Marge Berer e TK Sundari Ravindran afirmam que *crescentemente*, as definições de sexo seguro se associam aos direitos. Para as mulheres, esses direitos devem incluir várias dimensões: poder escolher um parceiro sexual ou não ter parceiro, o direito de decidir **se e quando** ter sexo com o parceiro e as práticas sexuais que deseja ter, a escolha da gravidez ou de sua prevenção, o direito de interromper de maneira segura uma gravidez indesejada, a possibilidade de se proteger de uma doença sexualmente transmissível, o direito de não sofrer violência sexual ou coerção, alibertação do medo em relação ao sexo e, por fim, o direito a independência econômica, tanto para ser financeiramente capaz de recusar o sexo inseguro como para não depender do sexo para viver ou

para sustentar os filhos, seja como esposa, namorada ou trabalhadora sexual.

É neste contexto que as questões referentes ao HIV e a AIDS, assim como as da saúde reprodutiva, estão sendo referidas a discussão das práticas sexuais, do controle da fertilidade e da prevenção e tratamento das infecções.

Quanto à gravidez, a noção de segurança tem remeido a prevenção da morbimortalidade materna, na anticoncepção, a eficácia dos métodos e seus efeitos colaterais. No contexto das DSTs e AIDS, começa-se a discutir o tipo de proteção que os contraceptivos de barreira oferecem. Porém, como ficam as mulheres esterilizadas com relação ao sexo seguro? E as grávidas ou aquelas que desejam engravidar? Estas e outras questões, todas complexas e exigindo respostas imediatas, são tratadas neste número.

As editoras ainda se perguntam: os homens sabem que podem se proteger de infecções ameaçadoras à vida, mas muitos se recusam, as mulheres querem se proteger e sabem disso melhor que os homens, por que, então, a responsabilidade e a falta de poder caminham juntas para as mulheres?

E desanimador existirem o HIV e a AIDS no mundo. O pior é aceitar a prática do sexo seguro não por um mês ou ano, mas por toda a vida. O que fazer, então? Grande parte dos artigos deste número relata experiências de educação para a prevenção. Nenhum(a) dos(as) autores(as) canta vitória porque sabem o quanto é necessário avançar. Tem havido sucessos sem dúvida, mas ainda há muitos problemas e dificuldades. Quinze anos de epidemia e um tempo curto e valores e crenças são muito arraigados. Afinal, estas doenças (sexualmente transmissíveis) sempre foram vistas como resultado de uma sexualidade socialmente inaceitável, de uma falência moral, do controle do indivíduo sobre seus impulsos e como uma punição pela transgressão de normas sociais (Gostin et al.).

Nas últimas décadas, houve a expectativa de que se as mulheres controlassem sua fertilidade, teriam mais poder e direitos em seus relacionamentos sexuais. Mas isso nem sempre se mostrou verdadeiro. O uso de conhecimentos sobre a anticoncepção certamente permitiu maior controle sobre a fertilidade, contudo, isso não significa terem as mulheres mais controle sobre sua fertilidade e relações sexuais. Quando o controle é reduzido a informações técnicas e uso de métodos sem abordar a sexualidade e as práticas sexuais, as mudanças são mais

limitadas. É o que nos mostram vários dos trabalhos aqui publicados.

Avaliando programas educativos para adolescentes, na três interessantes artigos que em contextos sócio culturais diferenciados descrevem a realidade dos jovens em relação a sexualidade.

Investigando a gravidez na adolescência Irma Palma e Cecilia Quilodran, em *Gravidez na Adolescência no Chile Hoje*, do casamento ao aborto, mostram as opções que restam para as jovens chilenas pobres de região urbana, o casamento, a co-habitação, a maternidade solteira, a doação do bebê para adoção ou o aborto. Todas as opções envolvem riscos e obstáculos que só são superados quando o são com grandes sacrifícios. As jovens temem a perda de perspectiva para o futuro e este temor não é imaginário¹ da auto-estima e do afeto dos parceiros, pais e amigos. A gravidez é vivida por elas como falência, provocando sentimentos de culpa e perda de força moral e emocional. Além disso, seus direitos ficam restritos e seu acesso ao trabalho ou a escola é restringido ou mesmo proibido.

Ja Indu Capoor e Sonal Mehta relatam uma experiência positiva de educação sexual para jovens na Índia, em *Falando sobre Amor e Sexo em um Centro para Adolescentes na Índia*. Através de uma metodologia interativa, com jogos, grupos de discussão e leituras, as autoras alcançaram mudanças extremamente positivas entre os jovens, mas concluíram que é essencial o envolvimento das famílias para sustentar as conquistas e fornecer suporte para os jovens.

Deb Michels e Shane Brown, da Austrália, coordenaram um pioneiro e revolucionário projeto de educação sexual para adolescentes que relatam no artigo *Compreendendo o Sexo*, o projeto do diário e disque informação. O projeto, um modelo educacional para a formação de jovens multiplicadores de informação sexual que utilizou os meios de comunicação como veículo de expressão, envolveu muitos jovens que se dispuseram a desafiar o poder repressivo da sociedade. As autoras concluem que, apesar da impossibilidade de continuação do trabalho, este foi muito importante pois influenciou a vida de muitos outros jovens, dando a mensagem de que não estão sozinhos na busca de seu desenvolvimento sexual.

Regina Maria Barbosa e Wilza Vieira Villela estabelecem, através de uma pesquisa realizada entre mulheres esterilizadas e não esterilizadas de São Paulo, as conexões entre a esterilização e os riscos para as DSTs e AIDS. As duas

autoras brasileiras concluem que as esterilizadas estão menos propensas a utilizar o preservativo para se protegerem das DSTs, além de terem dificuldades adicionais para negociar mudanças nas práticas sexuais, na medida em que parecem ter atitudes mais passivas com relação a sexualidade. As autoras recomendam abordagens integrais sobre a saúde da mulher, tendo em conta as dificuldades das mulheres em controlar suas sexualidades. Alertam ainda que as estratégias de redução do risco para o HIV, DSTs e câncer cervical e para incentivar o uso de preservativo devem se direcionar também para as mulheres esterilizadas.

Cristina Cavalcanti apresenta um original estudo sobre as representações da sexualidade e o HIV/AIDS em três revistas brasileiras dirigidas ao público feminino descrito em *A Glamourização do Sexo Seguro em Três Revistas Femininas Brasileiras*. As três publicações, embora com abordagens diferenciadas, colocam a responsabilidade da prevenção do HIV nas mãos das mulheres, além de continuarem a valorizar quase que unicamente o intercursos vaginal, ignorando outras práticas sexuais que podem oferecer mais ou menos risco para as DSTs e a AIDS. A autora sugere a inclusão dos homens no debate, o que pode, segundo ela, potencialmente subverter os papéis de gênero. Porém, é fundamental o desenvolvimento de microbicidas que dêem novas alternativas às mulheres, na medida em que estas estão em desvantagem no contexto da epidemia.

O contexto da cultura africana vem colocando imensos desafios para o controle e prevenção do HIV/AIDS. O trabalho de Karla Meursing e Flora Sibindi revela as desiguais relações de gênero no Zimbábue, que conferem aos homens o poder absoluto sobre o uso de preservativos. Como nesse país de 10 a 40% da população sexualmente ativa é HIV positiva e os homens não gostam de usar o preservativo, a situação é dramática. A desestigmatização do HIV e da AIDS é fundamental para criar uma atitude mais positiva para a prevenção e para facilitar as pessoas a proteção de seus parceiros. Além disso, a mudança de valores, embora lenta, é essencial para controlar o problema, na medida em que as mulheres são frágeis para mudar a situação devido a dependência econômica de seus parceiros. Um estudo sobre a adesão ao uso do condom feminino entre trabalhadoras sexuais, clientes urbanas de uma clínica de planejamento familiar e mulheres rurais é relatado em *Aceritabilidade do Condom Feminino no Zimbábue*, respostas positivas po-

rem centradas nos homens. Todas as mulheres que aderiram ao estudo queriam se proteger do HIV/AIDS. A aceitabilidade do condom feminino foi boa tanto entre as mulheres quanto entre seus parceiros, muito embora as razões apontadas para a aceitação fossem centradas na posição dos parceiros. As autoras assinalam o alto custo deste preservativo, o que pode inviabilizá-lo em países pobres e a difícil sustentabilidade (ao longo do tempo e em todas as relações sexuais), especialmente em culturas onde o valor da maternidade é tão fundamental.

Sobre as mudanças ocorridas em instituições que desenvolvem historicamente intervenções na área de planejamento familiar, Judith Frye Heizner e Florence Roitstein relatam em *Prevenção de DSTs e AIDS em Programas de Planejamento Familiar* treinamentos como uma estratégia de mudança, o processo de integração da prevenção das DSTs e AIDS em serviços de planejamento familiar da International Parenthood Federation na região Oeste do Hemisfério. As autoras preconizam uma abordagem menos médica, vertical e mais abrangente da saúde reprodutiva, além de uma integração entre práticas sexuais e sexualidade, tendo em conta seus determinantes socio culturais, o que traz implicações para a prevenção do HIV. Como estratégia de mudança, foram sensibilizados os dirigentes das associações afiliadas à IPPF e treinadas as diversas equipes de saúde através de métodos participativos, em que os profissionais vivenciavam suas próprias dificuldades em relação ao sexo e à sexualidade. Como avaliação deste processo, e recomendado o envolvimento dos homens nas responsabilidades, além da inclusão de homens e mulheres que não precisem da contracepção, questão fundamental já levantada acima.

No campo das pesquisas participativas, Rosena D. Sanchez e Mariebeth P. Juarez trazem uma interessante investigação que envolveu toda uma comunidade pobre de Davao City, Filipinas, nas questões da saúde das mulheres. Foram treinadas entrevistadoras da própria comunidade e utilizou-se teatro comunitário, assembleias e grupos de orientação para homens e mulheres como metodologia de trabalho. Os resultados da pesquisa sobre a extensão dos problemas de saúde das mulheres se tornaram parte integral dos conhecimentos da comunidade sobre si mesma, o que influenciou a política de saúde local. Atualmente, está em curso o desenvolvimento de um programa de intervenção em saúde que responda às necessidades reveladas pelo estudo. Com certeza, o

próprio processo do trabalho fez crescer a consciência das mulheres sobre suas questões de saúde e sobre as relações entre corpo, sexo e poder.

Na China, país com tradições culturais tão distantes das nossas, Xiao Yang, Hu Yukun, Bai Lijun e Jiang Xiuhua relatam, em *Determinantes da Gravidez Indesejada e do Aborto em Beijing*, China, uma pesquisa levada a cabo com mulheres em processo de abortamento e seus companheiros. As autoras se dispuseram a elucidar os motivos para as altas taxas de aborto neste país que conquistou, nas últimas duas décadas, mais de 90% nas taxas de prevalência anticonceptiva. O estudo revela que, por trás da gravidez, está a falta de conhecimentos sobre a utilização adequada ou eficácia dos métodos. Também constatou-se que os homens recusam-se a aceitar sua responsabilidade no processo de controle da natalidade, já que exigem a plena satisfação de seus desejos sexuais. Desta forma, as autoras criticam o programa de planejamento familiar na China, país tão preocupado com o crescimento demográfico e que não deu prioridade à possibilidade de se tomar decisões melhores embasadas nem à questão da responsabilidade masculina. Além disso, conclamam as mulheres a responsabilidade de se cuidarem para que não se vejam submetidas a gravidez não desejada e a repetidos abortos.

Em relação ao difícil tema da violência sexual, o impacto da possível infecção pelo HIV em sobreviventes de estupro tem recebido pouca atenção. Essa questão remete, como não poderia deixar de ser, a aspectos éticos, legais e de saúde pública que são discutidos em *Testagem para o HIV: Aconselhamento e Profilaxia Após o Estupro*. Os autores rebatem o argumento de que essa questão não tem significado epidemiológico importante, na medida em que a violência sexual, como se sabe, é silenciosa e impune em grande parte dos casos. Discutem o aconselhamento para o teste anti-HIV em sobreviventes de estupro e a polêmica testagem compulsória do agressor sexual, caso a vítima assim o deseje (e quando este é identificado). Os autores defendem esta posição alegando benefícios psicológicos para o sobrevivente e a possibilidade de evitar a (possível) transmissão do HIV para seu parceiro e/ou futuros filhos. A testagem compulsória do agressor é contestada, argumentando-se que esta questão apresenta diferentes impactos nas comunidades pobres e de cor (na medida em que os homens afro-americanos pobres são com muita frequência erroneamente acusados de crimes e geralmente sem chance de

defesa) Ela ainda dificulta os objetivos da saúde pública referentes a testagem voluntária para o HIV e respectivo aconselhamento soando mais o fato de que não resolve a questão da profilaxia da vítima e os dilemas de seu tratamento. O leitor deste artigo talvez consiga tomar uma posição ao final da leitura mas o fato é que os dois grupos divergentes têm bons argumentos para defender seus pontos de vista em tão complexa questão.

Outro tema controverso refere-se às lesbicas: estará este grupo de mulheres imune à transmissão do HIV? É o que se propõe a discutir Barbara James em *Lesbicas e o HIV: imunidade automática ou atenção prematura?* O fato é que não estão bem definidos cientificamente os riscos que as lesbicas têm em relação à infecção pelo HIV, muito embora existam evidências crescentes sobre a necessidade de proteção nessas práticas sexuais. Há poucas evidências de transmissão do HIV através de atividade sexual entre mulheres, mas as lesbicas estão alheias às necessidades de adotar práticas sexuais seguras. A autora defende a premência na adoção de programas de promoção de educação sexual voltados para as mulheres que fazem sexo com mulheres, que ensinem que a identidade lesbica não significa imunidade ao HIV e que esclareçam os reais riscos de transmissão, quais sejam, o contato com sêmen e compartilhamento de materiais injetáveis. É claro, o estímulo à discussão sobre as práticas sexuais entre lesbicas sem preconceitos e estigmas.

Ainda sobre homossexuais, Michelangelo Signorile demonstra sua preocupação com a percepção de risco para o HIV entre a comunidade gay masculina. O autor cita dados que mostram que nos Estados Unidos as práticas de sexo seguro estão sendo deixadas de lado pelos homossexuais, o que vem ocasionando um novo aumento nas taxas de infecção entre eles. Assim, ele questiona as mensagens utilizadas pelas campanhas e programas preventivos que segundo ele não enfatizam o suficiente as responsabilidades dos homens soropositivos e não prestam a devida atenção aos homens soronegativos que frequentemente se sentem culpados por manterem-se saudáveis e se negam a admitir sua própria vulnerabilidade.

Por fim, o artigo *HIV e Amamentação* de a saúde da mãe e da criança de Theresa J. Kajjage, traz a discussão uma questão de fundamental importância para as mulheres: mulheres com HIV têm o direito a informação quando têm que tomar decisões e fazer escolhas

sobre engravidar, levar uma gravidez a termo e amamentar ou não o bebê. Estas decisões devem estar baseadas na consciência que a mulher deve ter sobre todos os riscos tanto em relação a sua própria saúde quanto ao futuro de seu bebê. A situação da AIDS nas comunidades assoladas pela epidemia é tão dramática que a decisão sobre amamentar ou não frequentemente é uma decisão de vida ou morte. A experiência relatada neste trabalho realizado na África Sub Saariana, mostra que a maioria das mulheres faz tudo para preservar seus filhos. Com pouco suporte e algum aconselhamento, as mulheres podem explorar alternativas, fazer opções e tomar decisões racionais de acordo com a situação. Por essa razão, todas as informações disponíveis sobre a transmissão do HIV através da gravidez e da amamentação, não importa quão inconclusivas essas ainda sejam, devem ser acessíveis a todas as mulheres que queiram encarar este risco, mesmo contra as realidades sociais, culturais e econômicas de suas próprias vidas e de suas famílias e comunidades.

Na sessão final da revista, são publicados pequenos artigos e atualizações sobre temas importantes como Leis e Políticas (amamentação e HIV), redução da transmissão perinatal do HIV para crianças, direitos humanos relacionados ao status do HIV, educação de gays e lesbicas em escolas da Holanda, nova lei chinesa sobre saúde materno infantil com implicações eugenicas, aborto legal na Bélgica e outros). Serviços (promoção de condom e testagem para DSTs e tratamento) reduzem a incidência de HIV, serviços obstétricos de emergência em Gana, Nigéria e Serra Leoa, experiência de mulheres em planejamento familiar no Vietnã e outros). Pesquisas (infecções do trato urogenital e aborto em meninas adolescentes na Nigéria rural, tratamento de clamídia em mulheres grávidas em países em desenvolvimento, revisão das intervenções em saúde e educação sexual, uso incorreto de contraceptivos no Egito, Depo-Provera e câncer de mama e outros) e Publicações (relação de publicações recentes sobre saúde das mulheres em suas várias interfaces, com ênfase nas DST/AIDS em seus aspectos sócio culturais e educacionais, clínicos e terapêuticos).

Por último, Peter Gordon faz uma arguta análise da publicação *Vamos Falar de Sexo* crescendo, mudando o corpo, sexo e saúde sexual de Robbie Harris, com ilustrações de Michael Emberley, livro destinado a educação sexual de adolescentes que utiliza uma língua

gem escrita e gráfica atual e comunicativa o que o torna recomendável para aqueles que trabalham na área

Como se vê a revista *Reproductive Health Matters* traz neste número uma rica diversidade de experiências e discussões que a tornam leitura obrigatória para todos os(as) que atuam

no campo da saúde reprodutiva e da prevenção das DSTs e AIDS. Afinal, é através das inovações e mesmo da ousadia por que não? que podemos avançar na construção de um conhecimento transformador

REGINA HELENA SIMÕES BARBOSA ■

Os paradoxos da igualdade

O Dilema da Cidadania: Direitos e deveres das mulheres

BONACCHI Gabriela GROPPI Angela
(org.) Trad. Alvaro Lorencini

São Paulo: EdUNESP, 1995. 312 p.

A Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã redigida em 1791 por Olympe de Gouges e o ponto de partida para a reflexão do livro sobre cidadania e gênero organizado pelas italianas Gabriela Bonnachhi e Angela Groppi. Homenageando os duzentos anos deste manifesto as várias autoras desta coletânea analisam numa perspectiva histórica calcada na Filosofia Política a exclusão das mulheres da cidadania e suas lutas para conquista-la. Num amplo e diversificado debate esta coletânea nos mostra as origens e o estado atual dos dilemas da cidadania feminina nascidos com a própria noção de cidadania. Para conhecer melhor esta História nada como ir às fontes e apreciar também o manifesto de De Gouges no apêndice do livro.

A noção de cidadania simbolicamente central nos ideais dos revolucionários franceses de 1789 exclui o elemento feminino e se constrói em oposição a ele. De fato, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão a afirmação da universalidade e pluralidade dos direitos e princípios é fundamentada pela lógica masculina dominante separando o feminino do masculino por princípios baseados na natureza. O discurso dos revolucionários enfatiza a passividade da esfera familiar e privada como espaço feminino em oposição à participação na esfera pública, lugar da atividade e do poder masculino.

A evidência que o moderno conceito de cidadania foi construído no curso dos últimos dois séculos também pela expulsão do elemento feminino, expulsão que parece fundadora do próprio conceito (p. 17) conforme analisa Groppi, traz à tona em contrapartida a crítica construída pelas mulheres na luta pelo reconhecimento social de seus direitos de cidadãs. Assim, a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã juntamente com *Vindication of the Rights of Woman* da inglesa Mary Wollstonecraft escrito em 1792 representa não só as reivindicações e afirmações das mulheres no terreno dos direitos básicos como cidadãs, mas também a elaboração feminina do ideal democrático.

De fato, a busca da igualdade proposta pelas mulheres não se esgota na simples inclusão das mulheres no rol dos direitos do Estado democrático nascente, mas propõe uma co-presença do masculino e do feminino no terreno político fundamentada numa relação igualitária que não nega as especificidades do sujeito. Sublinha Groppi que o sujeito feminino quer juntar-se ao masculino, não o anula no momento em que afirma sua especificidade (p. 14), diferentemente da enunciação masculina que generalizando abstratamente os princípios de democracia para todos os indivíduos, estava de fato qualificando os sexualmente.

Bonacchi não hesita em afirmar que o manifesto de De Gouges atesta uma hermenêutica em estado nascente e as ambiguidades presentes na sua própria estreia: um sujeito novo, uma mulher que pensa e escreve como tal, que se constitui atestando e ao mesmo tempo contestando o mundo que o exprime e que ele exprime (p. 33). As ambiguidades presentes na escrita feminina e feminista do passado e do presente batizadas por Joan Scott

como **lógica do paradoxo** são retomadas na análise de Bonacchi que nos mostra De Gouges afirmando o princípio da universalidade da Declaração de 1789 e reivindicando contraditoriamente o lugar da diferença da alteridade. Derrida atribui esta lógica ao **suplemento** que se distingue do complemento por não ser um simples acréscimo, mas se configura como externo ao indivíduo, como uma adição. Tal análise sugere com efeito que o documento de De Gouges, com todas suas ambiguidades, adiciona ao universalismo dos direitos a especificidade do feminino como **suplemento**, ou seja, o elemento feminino soma-se com o masculino e os dois juntos aparecem na base de uma nova sociedade efetivamente igualitária.

Mas se o significado de masculino e feminino é por sua vez determinado pelo poder (p. 79), como diz Fiorino, é necessário indagar de que modo os mulheres foram historicamente sujeitos políticos ou não políticos, indo às origens da **relação gênero e política** através da análise dos textos fundadores da luta pela cidadania feminina. Algumas das características e dos impasses dessa relação são recorrentemente analisados pelas autoras desta coletânea pela sua centralidade nas reivindicações femininas. As análises de Fiorino, Rossi, Doria e Buttafuoco ressaltam que a definição moderna de maternidade, excluindo as mulheres da esfera pública, vai se constituir numa das principais alavancas do feminismo nascente na sua argumentação pela conquista da cidadania política.

De fato, através do discurso de valorização da maternidade que as mulheres vão reivindicar representação e participação no Estado nascente, buscando visibilidade política. Tal discurso ressaltava o valor social do fato de ser mãe, conferindo às mulheres autoridade informal, força moral e marcando a chegada da maturidade, elementos julgados necessários para o desempenho da vida pública. Por outro lado, também eram enfatizados valores inspirados por este fato: **altruismo, equilíbrio, justiça, doação**, considerados importantes para o exercício da política. Logo, quem melhor que as mulheres mães para participar ativamente do Estado, oferecendo novos conteúdos à política?

Deste modo, a cidadania tornava-se compatível com a vivência da maternidade e também um valor fundamental para as mulheres. Como diz Rossi, Doria e, no registro da superioridade moral da mulher derivada da maternidade que se procura fundar um valor coletivo das mulheres, este já existe, mas deve ser transferido do âmbito familiar para o social e político.

(p. 120). Neste sentido, ser mãe se transformava num valor político, dar um cidadão ao Estado com todas as responsabilidades domésticas e sociais que este fato implica, e um direito/dever das mulheres, portanto, a porta de acesso a cidadania feminina.

É bom lembrar que numa sociedade que considerava a maternidade como um dever natural das mulheres, reivindicá-la como direito associada ao exercício da cidadania era também arriscar ficar presa ao próprio papel materno. O fato da cidadania ter sido historicamente colocada como **promoção para as mulheres** e não como redefinição da relação de poder entre os sexos, da divisão de trabalho na esfera doméstica, explica esta contradição conforme análise de Saraceno neste livro. Esta problemática permeou a luta pela cidadania das mulheres. Ampliando os seus direitos, elas também ampliavam seus deveres, aliás, ambiguidade presente ainda hoje em algumas conquistas feministas. Acumulando novas tarefas com as que já assumiam anteriormente na família, a entrada das mulheres na vida pública se deu com o acúmulo de deveres, fato aliás amplamente denunciado pelo feminismo contemporâneo.

Com toda a evidência, a realização da maternidade diferencia as mulheres dos homens, marca a alteridade e a identidade feminina. Mas o problema principal é que o fato de ser mãe determinou socialmente a vida das mulheres e outorgou-lhes a não cidadania. E como este fato significou muito mais do que ter filhos, mas também o lugar da fertilidade e infertilidade, das mazelas da contracepção, das responsabilidades no espaço doméstico, dos cuidados com a saúde, dos dilemas íntimos, ele tornou-se um eixo importante da questão feminista.

Se pela maternidade as mulheres foram discriminadas da participação da vida pública, também buscaram através dela romper com a discriminação, o desafio se colocava em participar da política mantendo a identidade de gênero. Este é um dos problemas que está na raiz da complexa relação **gênero e política** e de forma mais ampla, **gênero e vida pública**. Não foi por acaso que o feminismo libertário contemporâneo considerou durante uma fase atualmente já superada, a maternidade como um **handicap** para as mulheres e a causa principal da opressão feminina.

Esta determinação social de características biológicas aproximou a luta feminina da luta anti-racista. Assim, outro aspecto relevante das reivindicações das sufragistas foi o fato de terem sido promotoras da batalha pelos direitos

dos negros como nos mostram os artigos de Fiorino e Rossi Doria neste livro. Olympe de Gouges aparece entre as primeiras protagonistas da Revolução a declarar-se contra o tráfico de negros. O fato da Revolução não ter abolido a escravidão e o tráfico dos negros indica as contradições de seu universalismo que, segundo as autoras, não consegue acolher as diferenças naturais apesar de seus princípios se fundamentarem na naturalidade dos direitos.

Interessante ressaltar que de maneiras diversas tanto a questão da maternidade como a luta contra a discriminação racial foram retomadas pelo feminismo contemporâneo de cunho libertário que, politizando as relações privadas, renega as discriminações fundamentadas em princípios da natureza. Uma das grandes diferenças do feminismo libertário com o feminismo sufragista é que este último ficou atrelado às influências do liberalismo e do ideal revolucionário de igualdade universal.

Conforme coloca Gerhard, num dos artigos deste livro, a inspiração central de De Gouges foi a promessa iluminista de liberdade e igualdade para todos, com o detalhe que ela incluiu as mulheres, construindo uma igualdade diferente. Gerhard aborda as diversas posturas teóricas do feminismo contemporâneo sobre a igualdade e/ou diferença, mostrando um ponto de convergência neste debate: a igualdade de fato só tem sentido se se aceita como premissa a diferença dos seres humanos, incluindo portanto as diferenças entre homens e mulheres () sublinhando que a diferença só pode ser vivida também pelas mulheres com base na paridade dos direitos (p. 60). Não abrindo a diferença, a igualdade é apenas uma premissa do ponto de vista de quem a idealizou.

Tal debate muito presente no feminismo europeu contemporâneo e desenvolvido também por Gianformaggio no mesmo livro que nos mostra o confronto da **teoria da igualdade** com a **teoria da diferença**. De fato, estas questões contribuem à crítica do **princípio da universalidade** que, por sua vez, não inclui a diferença na noção de igualdade universal. Como pano de fundo desta polêmica está formulada uma crítica ao liberalismo, paradoxal inspirador das ideias de igualdade entre os sexos. Não esqueçamos que Locke foi um dos primeiros filósofos contemporâneos a postular a igualdade entre os sexos. A crítica feminista contemporânea mostra, segundo o artigo de Galeotti, nesta coletânea, que a neutralidade liberal não é neutra, ocultando a diferença de gênero

e reafirmando os princípios de uma sociedade hierarquicamente masculina.

Outra questão cara aos princípios revolucionários foi a noção de autodeterminação dos indivíduos que, na linguagem de De Gouges, reaparece como direito a própria pessoa, construindo o outro como sujeito autônomo na superação da discriminação de sexos. Este direito seria, segundo Gerhard, na linguagem moderna, a liberdade reprodutiva. As palavras de Wollstonecraft, citadas por Rossi Doria (p. 118), eu não espero que as mulheres tenham poder sobre os homens, mas sobre si mesmas, refletem tanto a busca de autonomia do sujeito feminino, como também o desejo que ela se faça sem uma inversão de papéis. Por outro lado, mostra que as reivindicações das feministas sufragistas já ultrapassavam a busca exclusiva por direitos civis.

Um estudo sobre cidadania vindo da Itália não poderia deixar de fazer uma reflexão sobre o catolicismo, ou melhor, sobre o que De Biase chama de protagonismo das mulheres católicas demonstrado numa extrema vitalidade religiosa feminina entre os séculos XIX e XX. No mesmo momento em que as mulheres lutavam pela cidadania política, o lugar das mulheres dentro da Igreja tomava maior visibilidade social devido às mudanças da modernidade e também da necessidade que a Igreja teve de recorrer ao seu papel social. Refere-se à conquista da dupla cidadania civil e eclesial e suas consequências como ampliação dos deveres das mulheres.

O debate em torno da luta pela cidadania feminina neste livro é de muita atualidade. Mesmo vindo de uma outra realidade, a Europa, mais precisamente a Itália, apesar do centralismo francês na análise deste livro, provavelmente porque a Revolução Francesa de 1789 correspondia ao momento inaugural da moderna sociedade europeia, tais reflexões contribuem para indagarmos a respeito de nossa ainda incipiente cidadania enquanto mulheres vivendo num país do terceiro mundo no final do século XX. Embora tenhamos conquistado cada vez mais espaço público a partir dos desdobramentos sociais do feminismo contemporâneo, não podemos dizer que nossa relação com a política, o poder e a sociedade estejam resolvidas. Este livro, recorrendo às raízes históricas dessa luta, sugere sutilmente que ela ainda está muito viva entre nós.

LUCILA SCAVONE ■

Combate à lógica dos contrários

La Place des Femmes Les enjeux de l'identité et de l'égalité au regard des sciences sociales

EPHESIA (cons. cient.)

Paris Editions La Decouverte 1995

Como parte dos eventos preparatórios da 4ª Conferência Mundial da Mulher que teve lugar em Beijing no ano passado o Comitê Nacional francês realizou um seminário internacional cujos resultados estão publicados nesta coletânea. Reunindo quase 100 trabalhos o livro oferece um recente balanço possivelmente o mais completo dos últimos tempos do estado atual da reflexão feminista.

A Coletânea oferece contribuições importantes. Em nível mais geral ajuda a desfazer um mal entendido alimentado por muitas acadêmicas norte americanas que têm tomado apenas uma das vertentes do feminismo francês: aquela que emerge principalmente no interior da Psicanálise e da crítica literária e que ficou conhecido como o feminismo da diferença como a marca do French Feminism. Na verdade a leitura da coletânea nos mostra uma reflexão feminista francesa mais heterogênea e, por isso mesmo, mais rica.

A diversidade de perspectivas teóricas parece hoje mais do que em outros momentos históricos uma característica desta área de estudos. Chama a atenção de uma socióloga, por exemplo, a presença de um artigo que avalia a contribuição de Goffman para a compreensão dos arranjos entre os sexos recuperando uma corrente de pensamento pouco incorporada à tradição sociológica europeia e mais especificamente as reflexões feministas.

As análises da sexualização do mundo social expandem-se para muito além daqueles temas que marcaram o início das pesquisas sobre feminismo: mulher e relações de gênero. Apesar da coletânea acompanhar as questões que estariam em debate na Conferência da Mulher e portanto operar uma seleção dos temas tratados, ainda assim estamos diante de uma gama muito variada de assuntos: direito se-

xualidade, representação política, família, epistemologia, procriação, psicologia, biologia etc.

A reflexão nacional francesa é complementada ainda por um conjunto de artigos de autoras estrangeiras versando sobre realidades nacionais distintas, fazendo deste coloquio um verdadeiro fórum internacional de discussões. O Brasil comparece com um artigo sobre homossexualidade de Maria Luiza Heilborn no capítulo intitulado *Corpos Sexuados, Corpos Socializados*, no qual a autora procura ilustrar através do estudo da homossexualidade no Brasil a persistência do gênero enquanto dimensão do trabalho simbólico realizado pela cultura sobre a diferença entre os sexos.

De fato, um dos eixos agregadores dos artigos gira em torno da temática da identidade de gênero que compõe a primeira parte do volume. Um aspecto comum aos diferentes trabalhos dados a esta questão é o de apontar e enfrentar as complexidades, dificuldades, tensões e paradoxos envolvidos no tratamento destas noções tanto no campo teórico como naquele das práticas sociais.

Alguns artigos problematizam a própria noção de uma identidade única de mulher quando múltiplas identidades de mulheres segundo classe social, geração, etnia etc. coexistem simultaneamente em sociedade. A abordagem multiculturalista mais enraizada no feminismo norte-americano propõe-se a noção de cosmopolitismo que se opõe à redução dos indivíduos a seus grupos ou comunidades de origem. Concebe os indivíduos ao contrário como móveis atravessados por muitas culturas e que constantemente inventam para elas novos usos. Este debate, marcado pela emergência de uma afirmação étnica/racial nos últimos anos com as tensões, conflitos e negociações daí resultantes, tem uma grande atualidade para o movimento feminista brasileiro. As feministas brasileiras certamente teriam um importante papel a desempenhar neste debate global, muitas vezes paralisado em posições polarizadas e excludentes. As implicações organizacionais e políticas destas diferentes concepções são óbvias e vão desde uma certa descrença na possibilidade do movimento feminista expressar interesses gerais das mulheres até uma visão do movimento como uma coalizão de interesses particulares.

Vários estudos discutem de uma maneira renovada as relações entre sexo e gênero um daqueles temas malditos do feminismo que retornam a intervalos zerados para uma nova rodada. Várias posições estão presentes aquela que considera o gênero como o fundamento de toda construção individual e social e que se apoia sobre a dimensão sexuada dos indivíduos aquela que considera o sexo uma invenção que serve apenas para legitimar o gênero e ainda a que considera a possibilidade de uma ruptura entre sexo biológico e gênero instaurando uma identidade andrógina. Exemplos desta última análise podem ser encontrados nos artigos versando sobre identidades sexuais em mitos tribais onde existe apenas um sexo bem como sobre as representações das profissões na modernidade nas quais oposições entre os sexos são atenuadas dando lugar a diferenças entre carreiras e *status*.

O papel das esferas privada e pública na conformação das identidades de gênero e o tema de um dos capítulos. Aqui destaca-se a contribuição das historiadoras. Através de suas pesquisas podemos perceber tanto as transformações das relações familiares no tempo e assim relativizar as abordagens que as situam apenas no âmbito da vida privada como também suavizar a assimilação unívoca e simples que se faz entre feminino e esfera privada e masculino e esfera pública. As reflexões vão na direção de mostrar que a família encontra-se na fronteira fluida e sempre em movimento entre a vida privada e pública. E que a formação das identidades masculina e feminina pode ser melhor apreendida quando se abandona essas equivalências e se estuda empiricamente os modos de vida de homens e mulheres.

A segunda parte do livro é dedicada à questão igualdade e diferença um dos temas cruciais do movimento feminista na atualidade. Os estudos feministas sobre as relações de gênero adotam de uma maneira geral duas abordagens diferentes que têm origens e desenvolvimentos distintos. Por um lado encontra-se a corrente de pensamento igualitarista ou universalista que se inscreve na tradição política herdada da Revolução Francesa e que considera que toda diferença acaba sendo um pretexto à marginalização e exclusão. As mulheres devem portanto reivindicar a igual

dade. A segunda corrente alimentada no início pela Psicanálise e menos representativa do movimento feminista francês mantém a ideia de que há duas maneiras de se relacionar com o mundo a masculina e a feminina relativamente heterogêneas. Esta clivagem marca grande parte do debate realizado ao longo do Colóquio. Os limites ou riscos de uma polarização de visões também estão enunciados. A corrente feminista universalista sob a alegação de fazer as mulheres ascenderem ao universal pode estar promovendo não o desenvolvimento humano mas um futuro masculino para as mulheres. O risco da corrente diferencialista seria o de fixar as mulheres em um feminino que favorece a manutenção de uma complementariedade irreduzível entre os sexos. O Colóquio abre muitas perspectivas para se abandonar a lógica dos contrários e do pensamento dicotômico em favor de uma nova conceitualização do problema.

A Coletânea tem ainda outro merito que é o de reunir reflexões teóricas e conceituais com estudos de situações concretas. Fazendo uso de técnicas de pesquisa variadas como estudos de caso pesquisas quantitativas *surveys* produziu-se um manancial de informações sobre a situação das mulheres na atualidade. Educação participação das mulheres nas instâncias de poder segregação ocupacional desemprego trabalho a tempo parcial reprodução assistida políticas sociais cultura e religião são alguns dos temas tratados no contexto francês e em outras sociedades notadamente as africanas.

O livro se encerra com a apresentação de balanços sobre a produção feminista francesa de grande utilidade para os estudiosos desta área. É digno de nota encontrarmos uma referência à importância do colóquio. Formação Pesquisa e Edições Feministas nas Universidades do Brasil França e Quebec organizado pela *Revista Estudos Feministas* e pela Pós Graduação em Sociologia do IFCS em 1995 para o início de uma estrutura de intercâmbio entre esses três países.

Com certeza esta coletânea é um marco no desenvolvimento dos estudos feministas e será por muito tempo uma referência necessária aos futuros estudos.

BILA SORJ ■

Parcerias muitas vezes bem tumultuadas

Amor & Arte - duplas amorosas e criatividade artística

CHADWICK Whitney e COURTIVRON Isabelle de (org) Trad. de Ana Luisa Borges

Rio de Janeiro Jorge Zahar 1995

Assim como inventaram imagens como rainha do lar, os ideólogos do patriarcado cunharam o clichê ainda hoje usado de que por trás de um grande homem há sempre uma grande mulher. Mas havia quem discordasse e não pelo fato de se afirmar, com isso, que a mulher tem que estar sempre por trás. Em artigo bastante divulgado no Brasil em 1937 intitulado *O Que eu Penso das Mulheres*, o ditador italiano Benito Mussolini destruiu esta ideia com argumentação que vale a pena ser lembrada nesta época em que se volta a ter bastante condescendência com o fascismo.

É absurdamente falsa a lenda que diz deverem os grandes homens seu triunfo as mulheres. Nenhum homem alcançou êxito devido a força impulsionadora de uma mulher. Pode ser que uma mulher, com a qual simpatizou, o tenha distraído em seus momentos de descanso, com sua agradável companhia, mas não foi a influência direta desta que o elevou ao cimo de sua posição. Se examinarmos a história, encontraremos numerosos exemplos que atestam todo o contrário. Muitos homens eminentes, imperadores, reis e homens de Estado, tiveram seu ocaso a algumas mulheres que minaram a força de caráter e o espírito de determinação, cujo desenvolvimento lhes havia custado anos de perseverante constância. afirmava o Duce, concluindo adiante, que deverão passar vários séculos até que as mulheres compreendam suficientemente o mecanismo da política e cheguem a ser uma força útil para as nações.¹

Não sou exatamente uma otimista, mas creio que nenhum chefe de Estado do mundo hoje teria a coragem de dizer tais barbaridades. Avançamos, portanto. Mas não o suficiente para que se considere de igual maneira um artista, um intelectual, um político, seja homem

ou mulher. De modo geral, a mulher continua sendo a auxiliar, a apoiadora. Nem Simone de Beauvoir, com toda a força que fez, conseguiu provar ao mundo que era tão capaz quanto seu companheiro e parceiro Sartre.

A questão colocada agora, porém, é mais interessante: até que ponto uma relação afetiva e sexual ajuda ambos os parceiros na tarefa criadora?

Whitney Chadwick, professora de arte em São Francisco, Estados Unidos, e tem se dedicado ao estudo da criação artística feminina (ou das mulheres). Isabelle de Courtivron, professora de civilização francesa do famoso MIT (Massachusetts Institute of Technology) e autora de uma biografia de Clara Malraux. Em parceria, organizaram um livro *Amor & Arte* sobre treze casais que compartilharam uma parceria tanto sexual quanto criativa. E a questão de mulher por trás ou de homem castrador ficaria minimizada pelo enfoque novo dado ao tema e também pelo fato de dois destes casais serem homossexuais: Virginia Woolf & Vita Sackville West e Jasper Johns & Robert Rauschenberg.

As 13 histórias são escritas por colaboradores diversos, as organizadoras se encarregaram de dissertar sobre Sonia & Robert Delaunay (Chadwick) e Clara & André Malraux (Courtivron).

Os ensaios aqui apresentados sugerem que, embora a maioria dos artistas e escritores não escape dos estereótipos sociais sobre a masculinidade e feminilidade e de seus supostos papéis na parceria, muitos assumiram outros tipos de relacionamentos não estipulados. Talvez porque, como estudiosas feministas, tenhamos nos concentrado até recentemente na coerção social, não compreendemos totalmente a riqueza das interações privadas que operam no interior dos relacionamentos, afirmam as organizadoras na introdução do livro.

Esta boa intenção de se afastar do maniqueísmo homem carrasco/mulher vítima, porém, não se traduz nos dois artigos das organizadoras. André Malraux sai da história de Courtivron como um verdadeiro vampiro, que sugou tudo de Clara, apresentada como a pobre coitada seduzida e abandonada. Clara, excluída da história e do discurso, dedicou a maior parte de sua energia a corrigir sua (de André) versão dos fatos (p. 51). E tendo uma vez ouvido do marido que é melhor ser minha esposa que uma escritora de segunda categoria,

¹ O texto em português é da revista *Walkyrias*, julho de 1937, p. 43.

na tudo o que Clara escreveu em termos de ficção foi produzido depois que se separaram garante sua biografia. A ruptura da dupla foi aliás feroz. Depois que se separaram, no final dos anos 30, ele nunca mais falou com ela, sua família e amigos afirmaram que ele nunca leu uma palavra do que ela publicou. (p. 52)

No caso dos Delaunay, embora Chadwick afirme que seu encontro em 1908 marca o começo de um dos intercâmbios artísticos mais produtivos e de certa forma mais mutuamente enriquecedores do século XX (p. 30), Sonia ao invés de ser reconhecida como grande pintora como Robert Delaunay, fica a inventar bordas e a pintar tecidos para ganhar a vida enquanto o marido brilha nos salões de pintura.

Não é de admirar que a primeira obra pura mente abstrata de Sonia Delaunay não tenha sido uma pintura, e sim uma colcha de retalhos e *appliqued* (sic) de cubos e arcos geométricos de cores vivas, feita logo depois do nascimento do filho do casal em 1911. (p. 33)

Sonia, afinal, seria a mais conhecida entre vários artistas do século XX cujos desenhos foram aplicados ao mundo da moda (p. 40) e so a morte de Robert libertou a da convicção de que somente um dos dois poderia seguir a carreira pública como artista. (p. 41)

Embora estas parcerias desiguais demonstrem um certo fracasso da ideia que o livro promete dar, o conjunto das histórias nele reunidas e da maior importância. Não vem ao caso o fato de que hoje o mercado de arte esteja valorizando (para muitos artificialmente) a obra

de Frida Kahlo em detrimento da de Diego Rivera, seu protetor e incentivador. No belo ensaio de Hayden Herrera, o que se vê é um casamento de um pintor famoso com uma iniciante resultar em uma riquíssima troca intelectual e artística, apesar das atribulações no seu relacionamento sexual. Lillian Hellman & Dashiell Hammett, Camille Claudel & Auguste Rodin, Anais Nin & Henry Miller, Leonora Carrington & Max Ernst, Kay Sage & Ives Tanguy, Vanessa Bell & Duncan Grant, Simone & André Schwarz, Bart Lee, Krasner & Jackson Pollock, além das duplas já citadas, cada história apresenta novas e muito bem tratadas questões sobre a competição entre casais quando cada um dos parceiros pretende o sucesso artístico.

O melhor do livro é exatamente isto: não há uma conclusão. Virginia Woolf teria sido uma escritora menos bem sucedida se não tivesse encontrado Vita? Foi Rodin e sua vaidade que levaram Camille à loucura? O relacionamento homossexual é mais propício à criação artística? Não se tenta responder o irresponsível ou mesmo o que nem sequer cabe perguntar. Apenas se procura resgatar histórias de vida a dois, que podem ser infinitamente diferentes, umas das outras, de pessoas que adquiriram fama em consequência de sua atividade artística. É curioso, simpático, estimulante. Mas não dá para sair generalizando. E as organizadoras do livro têm o bom gosto de não tentar

ANA ARRUDA CALLADO ■

Uma experiência a ser vivida

Entre Amigas: A correspondência de Hannah Arendt e Mary McCarthy (1949-1975)

BRIGHTMAN, Carol (org.)

Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

Difícil é a tarefa de resenhar uma obra como *Entre Amigas*. A dificuldade cresce a cada página que se avança, pois a leitura é tão envolvente, tão acanciante, produz um tal en-

cantamento que se torna quase impossível assumir uma postura minimamente crítica.

Na verdade, *Entre Amigas* não é para ser comentado, não é para ser criticado ou discutido, e para ser lido. É antes de tudo uma experiência a ser vivida. Os romances são escritos para nos leitoras e leitores, os diários, quando verdadeiros, se esgotam no ato de escrever, de outra forma, são romances disfarçados. A carta, entretanto, está em uma posição muito especial, e para ser lida apenas por um outro. Nela está contido o outro no texto de cada um. E o outro está contido em cada linha. Na correspondência entre Hannah e Mary sempre en-

contramos em cada carta as duas. Ha duas Hannahs a que escreve para Mary e a que esta pressuposta nas cartas de Mary. A mesma coisa acontece em relação a Mary. São todas estas presenças fortes que fazem desta correspondência antes de tudo uma grande historia de amor.

Ao ler as cartas trocadas entre Hannah e Mary ao longo de 26 anos estabelecemos uma relação muito forte com os proprios sentimentos que transbordam em cada uma. O primeiro contato do leitor com os textos e o de constrangimento e o de estar invadindo a privacidade destas duas grandes mulheres. Temos na mão um livro publicado e vastamente traduzido pelo mundo mas estranhamente em certos momentos temos a sensação de estar mexendo na gaveta alheia. As cartas não foram escritas para nos como leitores, temos de nos conformar, supera do o constrangimento com o papel de *voyeurs*.

Buscar um tema central nesta correspondência e correr o risco de deixar de fora momentos muito importantes. Paradoxalmente contudo podemos dizer que as cartas tratam de um unico tema: a vida das duas mulheres. Duas mulheres ligadas por um fortissimo sentimento de afeto, grande solidariedade mutua e um positivo sentido etico em relação a suas posições como cidadãs publicas frente aos acontecimentos politicos que tiveram lugar ao longo de todos aqueles anos. Dai o livro trazer não so a vida destas mulheres, os sentimentos que elas experimentaram, mas também a forma como viveram e pensaram o pos guerra, a guerra do Vietnã, os acontecimentos na França na decada de 60, a crise do governo Nixon, a guerra no Oriente Medio, o golpe militar no Chile.

Mas antes do mundo, as cartas revelam a relação entre estas duas mulheres que viveram a vida com paixão, que tiveram posições e posturas publicas, que tiveram vidas intelectuais importantes, que vivendo em continentes diferentes encontravam se entre uma palestra e outra, que lamentavam em todas as cartas a distância que as separavam, mas que contaram uma com a outra ao longo de 26 anos sem limite, sem restrição, sem a minima sombra de desentendimento. Estiveram absolutamente proximas uma da outra quando sofreram criticas a seus trabalhos, quando seus casamentos tiveram problemas, quando se apaixonavam, quando a morte ou a doença apareciam na vida de uma ou da outra.

Eram mulheres, entretanto, muito diferentes. De um lado estava Hannah, filosofa racional, buscando o equilibrio, de outro estava a escritora e jornalista Mary, tratando de romper

seus proprios limites. Hannah vivia no mundo da filosofia, Mary era mundana, vivia no mundo da diplomacia. Mas estes dois mundos estranhamente se completavam. O mundo destas duas mulheres permitia a Mary, ainda casada com seu terceiro marido e tendo um caso em Londres com um ingles, escrever para Hannah em desespero por ver sua fantasia se esvaír. Hannah parecia ter infinita paciência com as aventuras da outra. Então você precisava ser afugentada e ele deve ter sabido que seria necessario recorrer a medidas bastante drásticas. Sem duvida, tudo isso tem muito de crueldade, mas não se pode esperar que alguem que ama a trate com menos crueldade do que trata a si mesmo. (p. 73). Posteriormente Mary separa se do terceiro marido e apaixonase novamente. La estava Hannah, tratando de colocar as coisas no lugar. Mas por favor não se iluda: ninguém nunca foi curado de nada, traço de personalidade ou habito, por uma mera mulher, embora isto seja precisamente o que todas as moças acham que podem fazer. (p. 94).

Nos enganamos se pensarmos que a filosofia estava acima da vida cotidiana e de suas pequenas e grandes alegrias e tristezas. O carinho da relação das duas e a forma íntima e relaxada desta correspondência ficam claros quando Hannah agradece um presente mandado por Mary. O lenço é tão incrivelmente lindo que *nem sei como lhe dizer que não devia ter feito isto*. Oh Mary, como eu gostaria que voce estivesse aqui e como estou cansada de escrever cartas. Por alguma razão, semana passada ou algo assim, estive com a sensação de que você ia aparecer de repente na porta. Então chegou o seu presente e mudei de vestido para experimentar-lo. (p. 121). Em outra oportunidade já no fim da vida, Hannah escreve para Mary como uma menina obediente. Comprei o vestido. Mary queria que Hannah comprasse um vestido para ir receber um prêmio que ganhara.

As cartas foram escritas porque uma queria saber da outra, mas também porque uma queria saber o que a outra pensava sobre si e sobre o mundo. Dai a correspondência ser um testemunho privilegiado dos acontecimentos marcantes deste quarto de século. A teoria da cidadania, por um lado, e o jornalista inquieto, por outro, nunca deixaram de se manifestar contra massacres, golpes de estado e guerras. Do Vietnã ao Chile sempre foram presenças. Além do relato de ações concretas encontramos nas cartas finas análises dos acontecimentos da época, e não apenas de Hannah, que era uma acadêmica brilhante, mas de Mary, como este precioso co

mentário sobre o futuro de Israel escrito em 1969. Eu mesma não vejo como a não ser por milagre. Israel pode sobreviver a longo prazo, *qua* Israel isto é, como uma circunstância voluntária e artificial (). Não vejo saída para isto. Se os israelenses fizerem concessões aos palestinos correm ou correrão o perigo de perder sua identidade nacional ou de tornar-se outra vez uma minoria que poderá esperar perseguição. No entanto parece-me que este caminho é o único lugar onde pode ocorrer um milagre. (p. 237)

Não se espere, entretanto, encontrar ensaios bem acabados sobre as questões de política da época. Em nenhum momento Hannah ou Mary escreveram uma para outra com a preocupação de comentar estes temas: suas cartas existiam porque sentiam necessidade de se falarem, de se saberem, o mundo vinha meio de reboque, até para torná-las mais próximas.

A publicação das cartas é um momento especial no movimento editorial. Quando as biografias e autobiografias ocupam cada vez

mais espaço nos catálogos das editoras, expressando uma vontade de saber, do ser privada do muito além do interesse de sua obra, as cartas trazem algo de novo e fundamental. Ao concluirmos sua leitura, temos um quadro muito claro do que foi a vida destas duas mulheres: não a vida privada ou a vida pública, mas simplesmente a vida. Não se deve ler a correspondência para saber mais da vida de uma ou de outra. Isto realmente acontece, mas tem pouca importância. O texto em si, os sentimentos que nele estão presentes, é uma obra de síntese e ao mesmo tempo aberta, escrita a quatro mãos.

Finalmente cabe menção especial à cuidada edição de Carol Brightman, que reuniu as cartas e as publicou com um conjunto de notas primorosas, muito esclarecedoras, mas suficientemente curtas para não interromper o prazer da leitura, o prazer de privar com estas duas extraordinárias mulheres.

CELI REGINA JARDIM PINTO ■

A solidão da mulher da elite agrária

Ruídos da Memória

MALUF, Marina

São Paulo: Ed. Siciliano, 1995.

A partir de autobiografias e diários de mulheres da elite cafeeira do Oeste paulista, *Ruídos da Memória* de Marina Maluf efetua uma narrativa da consciência de uma época. Consciência em termos, pois apreende-se que a memória lhe antecede, movimentando-se numa região que é, ao mesmo tempo, realidade e metáfora (p. 140). Não postula a maneira kantiana, o em si do passado, fiel à ideia segundo a qual um fato acontecido é finito, lembrado e ilimitado. Aquele que quer **conhecer** deve renunciar à ambição de **reconhecer**. Originalidade irreduzível das recordações: estas constituem ruídos da **vida anterior**. Reencontrar o tempo requer trabalho de artista: aquele que, no dizer de Montaigne, participa da mobilidade do modelo, se fala diversamente de mim, anotou e por me olhar diversamente. (*Ensaio* II 19)

Deslocando a noção de identidade do passado para associar-lhe a de correspondência e analogia com o presente, o livro entrecruza a modernidade industrial e o mundo agrário, porque nos devires do tempo, o que lhe interessa é também o futuro. O tempo metaforizado revela a presença de uma época em outra, segundo marcas diferenciais: as memórias de Floriza, observa Marina Maluf, não são data, das, o que orienta o leitor e o desenrolar de acontecimentos que dão a medida do tempo. Vai da família da infância à dispersão **bandeirantista** dos irmãos e dela própria, até a decadência econômica (p. 79).

Em suas abordagens, a autora não descuida de elementos epistemológicos gerais, articulando a autobiografia a crítica de suas informações, procurando os índices aptos a transformar um fato em acontecimento. A verdade do historiador, mostra Marina, não é a do filósofo platônico que marginaliza o discurso verossímil para difeir opinião e verdade. O livro constitui as relações do historiador com as práticas sociais, documentando os silêncios e as diferenças entre os agentes históricos, de modo a restituir a história a tensão entre o costume e a

norma entre o que foi narrado e o que deixou de ser. Assim, as tarefas e os papéis, os encargos e as responsabilidades das mulheres fazendeiras se impõem e reivindicam sua importância não como **sujeitos adicionais** mas desafiando uma ideia de história que se pretenda objetiva e universal (p. 252). A história não é aqui um objeto inteiramente explicável e seguramente compreensível e a maneira pela qual o espírito humano se depara com fatos que lhe são obscuros aproxima aspectos da vida de modo a substituir o ininteligível pelo inteligível. So que frequentemente toma por causalidade histórica aquilo que, tal vez, só se entenda a partir do mundo interno. A história admite, por vezes, a existência do acaso onde múltiplas pequenas causas podem estar realmente em ação. Num sentido próximo a este Nietzsche observava: poderia haver uma espécie de escrita histórica que não contivesse nenhum vestígio de realidade e **no entanto merecesse ser considerada objetiva no mais alto grau**. Imparcialidade, pois, ser absorvido pelo objeto da mesma forma que o pintor vê um quadro e se esquece de si mesmo sem qualquer preocupação pré-dada.

Marina encontra na solidão da mulher da

elite agrária um estilo de vida. Isto é, pedagogia e ensinamentos. Dona Floriza evoca, tristemente, a devastação de seus cafezais, do pomar e das cercas vivas de que ela mesma cuidava quando os arrenda ao filho já distante dos valores do núcleo familiar. As árvores são vistas agora caídas no chão, gravou em seu diário, com suas raízes olhando para cima como que pedindo misericórdia.

Neste livro, a atividade do historiador rigoroso e concentrado nas questões de método não se dissocia da tarefa do humanista do **moralista**. Se por máximas e citações se transmite no fio das gerações, exemplos para ações virtuosas, as memórias das mulheres fazendeiras, tal como Marina as trabalha, contêm sentenças. Sentenças não são apenas para serem lidas ou ouvidas, mas compreendidas e seguidas, são fator de orientação do pensamento.

Para além da reconstituição de uma época através de trajetórias individuais, *Ruídos da Memória* oferece, de maneira mais essencial, a dimensão ética da palavra e da História.

OLGARIA MATOS ■

Ser louca e ser mulher

Ovelhas na Névoa - um estudo sobre as mulheres e a loucura

GARCIA, Carla Cristina

Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1995. 159 p.

Em seu livro *Ovelhas na Névoa: um estudo sobre as mulheres e a loucura*, Carla Cristina Garcia enfrenta uma questão importante e pouco discutida: seja no campo da psiquiatria social, seja no das ciências sociais ou dos estudos sobre a mulher no Brasil, o da loucura feminina. Estudos epidemiológicos mostram que a taxa de prevalência de distúrbios mentais tem sido consistentemente mais alta entre mulheres do que entre homens. A população internada nos hospitais psiquiátricos também parece ser majoritariamente feminina. Como lidar com essa questão: como abordar um tal tema? Estão em

jogo as concepções de gênero e de doença mental, daquela que se propõe a enfrentar o desafio.

A autora deixa clara sua opção por uma perspectiva que se poderia designar de construtivista: tanto no que diz respeito à mulher quanto à loucura. Refere-se na página 12 a uma Antropologia dos Gêneros que propõe o estudo da construção social dos sexos. Quanto à loucura, os autores escolhidos para fazer sua história, como Foucault ou Szasz, falam de uma construção social da doença mental.

O duplo objetivo do livro é: refazer um histórico da enfermidade feminina nos dois últimos séculos e escutar o que algumas internas nas instituições de São Paulo têm a dizer. Para tal, a autora trabalha, de um lado, com uma reconstituição da história da psiquiatrização da mulher e, de outro, com o relato de mulheres sejam elas as internas entrevistadas em sua pesquisa, sejam romancistas, poetisas que descrevem de algum modo a experiência da loucura. Esta vertente do livro de Garcia, a apre-

sentação e análise da obra de mulheres como Virginia Woolf e Sylvia Plath talvez seja a mais rica e interessante. É através desses relatos que a autora consegue sustentar com mais força e propriedade seu argumento central segundo o qual a mulher enlouquece no mundo moderno devido a situação de opressão e dominação a que é submetida em um universo masculino isto é, dominado pelo homem. As autoras escolhidas, bem como as obras comentadas, são belos testemunhos de uma vivência de opressão tipicamente feminina nos quais a loucura ou o suicídio aparecem seja como uma libertação, seja como um mergulho dentro de si mesma. Garcia, por outro lado, entremeia seu texto com histórias de vida das internas paulistas por ela entrevistadas, como ilustração do que está sendo dito, recurso que nem sempre funciona a contento. Se por vezes a história efetivamente reforça ou justifica as afirmações do texto, em outras é tratada como sendo o próprio argumento dispensando maiores análises. Isso acontece, por exemplo, na página 34 quando a autora, em meio aos comentários sobre *Mrs Dalloway* de Virginia Woolf, afirma que "As mulheres que entrevistamos nas clínicas psiquiátricas de São Paulo também são personagens que não conseguiram escapar dos constrangimentos da socialização e internalização dos padrões" e segue relatando dois casos de mulheres entrevistadas que não necessariamente demonstram o que ela acabara de afirmar. Até porque essa é uma afirmativa que requer uma discussão mais fina e mais precisa: afinal trata-se de uma certa teoria sobre a loucura feminina, de uma certa interpretação da razão pela qual determinadas mulheres acabam internadas em hospitais psiquiátricos, constituindo com seus vários desdobramentos a tese central da autora. Tal como a entendemos, esta poderia ser colocada, embora de forma um tanto simplificada, do seguinte modo: a doença mental e social e culturalmente construída, o estudo dessa construção social nos mostra que a Psiquiatria é um instrumento de controle social e moral (de desvios comportamentais indesejados etc.) e esse controle é orientado pela diferença dos gêneros. No caso da mulher, portanto, a internação psiquiátrica pode ser entendida como um capítulo da dominação masculina, marca da cultura ocidental. Isso em dois sentidos: a mulher efetivamente enlouquece mais (por que não lhe são dadas opções fora do mundo doméstico, fora de certos papéis e estereótipos comportamentais vistos como naturalmente femininos) e ao mesmo tempo, é mais psiquia-

trizada (porque a tolerância para com determinados comportamentos potencialmente desviantes é menor quando se trata de uma mulher).

Logo na introdução do livro Garcia afirma: "Os estudos feministas encaram a oposição entre masculino e feminino, entre o pai e a mãe, como constituindo o fundamento de nossa cultura ocidental moderna. As mulheres estão presas à vida humana e ao amor, a denominada natureza (reprodução e nutrição), enquanto aos homens cabem a criação da cultura, o direito de desligar o humano da vida material e vital e de reinar sobre toda a criação. Coloca-se então o problema da opressão da mulher" (p. 12). Enuncia, assim, o ponto de vista que norteia sua análise.

Para demonstrar sua tese, Garcia faz um percurso que começa com a caça às bruxas no século XV. Parte do pressuposto de que o objetivo dessa caça foi o de calar a voz feminina e alijar a mulher de seu papel de transmissora de uma cultura popular. Neste sentido, a queima das bruxas corresponderia a queima dos símbolos e vestígios dessa cultura. Mais tarde, nos séculos XVIII e XIX, mas sobretudo nesse último, a bruxa passa a ser retrospectivamente diagnosticada como histerica. A figura da histerica marca uma certa mudança no modo de encarar a mulher que se transforma de ameaça vinculada ao demônio em ser fragilizado, predisposto a doenças fracos dos nervos. Garcia mostra como a associação entre a natureza feminina e a loucura transforma a mulher no cliente preferencial dos asilos e dos especialistas dos nervos. Estes tratam as molestias femininas inteiramente apoiados nos estereótipos vigentes acerca da natureza feminina, cada um no binômio casamento/reprodução. Tudo que disso fugisse, interesses fora do lar, curiosidade por outros assuntos, intenção de trabalhar ou produzir alguma coisa, poderia ser causa ou consequência de nervos fracos.

A Psiquiatria darwinista do século XIX, apoiada sobretudo na teoria da degeneração, sofre um reves importante com o advento da Psicanálise, a cura pela fala. Fazendo uma interessante interpretação dos *Estudos sobre a Histeria*, trabalho inaugural da Psicanálise escrito por Freud e Joseph Breuer, a autora afirma que Anna O, a famosa paciente de Breuer que entrava sozinha em transe hipnótico desandando a falar sobre experiências traumáticas de seu passado, livrando-se assim dos seus sintomas histericos, foi a verdadeira criadora do método catártico que mais tarde originou a terapia desenvolvida por Freud. Foi Anna O

quem tomou a palavra expressando desejos angustias e medos reprimidos promovendo desse modo sua própria cura. Garcia argumenta que embora a Psicanálise possa ser considerada um avanço quando comparada com a Psiquiatria novecentista, a palavra aí não é verdadeiramente devolvida à mulher, já que o seu discurso é sempre filtrado pela ótica da Psicanálise ou pelo discurso do médico.

Fica nos o eco da história de Anna O. Esta cujo nome verdadeiro era Bertha Pappenheim, após o término de sua limpeza da chamine — como gostava de chamar o tratamento que fazia com o dr. Breuer — tornou-se proeminente reformista social e feminista ativa. O que esse e outros trechos do livro nos levam a pensar é: de onde vem essa sensação de sufocamento, esse desejo de autonomia de ser diferente — que faz a mulher seja lutar por seus direitos, seja enlouquecer, seja escrever livros ou poemas, seja tentar o suicídio? Entre as páginas 57 e 58 do livro a autora mostra como a psiquiatrização da mulher e simultânea a uma luta feminista. Aprendemos então que — paralelos à emergência dos movimentos de emancipação feminina — principalmente na Inglaterra — entre as mulheres de classe média, distúrbios como a histeria e a anorexia nervosa se tornaram epidêmicos. Mais adiante afirma as definições de gênero, trabalho e comportamento estavam se modificando em função das novas conquistas femininas e da consequente ameaça de decadência do poder masculino. E logo depois: A batalha entre as feministas inglesas e os psiquiatras darwinistas começou em torno da questão da educação superior para as mulheres. Havia portanto uma luta e esta envolvia médicos (homens), especialmente os psiquiatras e mulheres. Aqueles procuravam através de seu poder médico — cercar o desejo de autonomia feminino. Nesse sentido pode-se concluir que quanto mais as mulheres lutassem por sua autonomia, mais seriam enlouquecidas. A relação entre loucura e emancipação feminina fica assim compreendida no bojo de uma luta entre os sexos. Esse que é um dos desdobramentos da tese central da autora — aponta exatamente para sua maior limitação. Acredito que toda a discussão teria um melhor rendimento se a própria ideia de uma luta entre os sexos — isto é, do desejo de autonomia feminino em oposição aos ditames sociais — pudesse ser colocada em questão. Penso aqui no importante artigo de Franchetto Cavalcanti e Heilborn, *Antropologia e Feminismo*, no qual as autoras apontam para a cate-

goria **indivíduo** como valor axial da cultura ocidental e cujos correlários (igualdade, autonomia, liberdade) levam à percepção da assimetria entre os gêneros como opressão. Ou seja, a luta entre os sexos — so pode ser entendida se levamos em conta a universalidade implicada no valor indivíduo — sendo este o solo em que frutifica a busca das mulheres por igualdade.

Se a ideologia individualista — como apontam as autoras citadas acima — é essencialmente igualitária, implicando como correlatos as noções de liberdade e autonomia — ela não é desprovida de paradoxos quando se trata de lidar com a diferença. É exatamente aí, neste ponto — que a articulação entre mulher e loucura se revela um espaço privilegiado para se discutir a convivência entre um ideal igualitário e universalizante — de um lado — e uma ciência dos comportamentos basicamente diferenciadora e discriminadora — de outro. Essa articulação deve — antes de mais nada — ser examinada no contexto da emergência de uma medicina mental — voltada para o manejo da loucura — o que Garcia faz no terceiro capítulo de seu livro.

Algumas imprecisões pedem correção. Uma delas certamente se deve a erro de revisão. Pinel foi nomeado diretor de Bicêtre em 1793 (e não 1873). No que tange a Foucault — o erro é mais grave. O Grande Internamento descrito por esse autor na *História da Loucura* efetivamente implicou o confinamento indiscriminado de loucos, mendigos, vadios, bandidos, prostitutas, devassos e outros. Ao contrário do que afirma Garcia — entretanto — esse movimento não toma impulso a partir da última metade do século XVIII, acelerando-se no século seguinte. O que ocorre no final do século XVIII é um movimento oposto a essa segregação indiscriminada. Isso por várias razões — entre as quais é possível apontar a oposição suscitada pela arbitrariedade que misturava diferentes categorias de pessoas e a descoberta pelo Estado da população como riqueza — o grande internamento se revelava um enorme desperdício. O espaço de confinamento antes tão democrático — se especializa e no mesmo ato se medicaliza. Passa agora a se destinar exclusivamente ao louco. Foucault é um autor importante não apenas porque escreveu uma história da loucura — mas porque — através de suas histórias da loucura — das prisões, da sexualidade — procurou dar conta do surgimento de um novo tipo de sujeito. Ou — como sugere em *Vigiar e Punir* — da alma moderna. No contexto da produção desse novo sujeito — o alienismo se constituiu não apenas em uma forma de controle social — mas

em uma **nova** forma de controle implicada na ideia da alienação como uma potencialidade oculta no interior de cada um. Uma forma de controle que passa pelo interior do próprio indivíduo independentemente de certa forma de instâncias externas para seu exercício.

Robert Castel em seu primoroso *A Ordem Psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo* também mostra como a nascente Psiquiatria tem um papel social e político que vai além do mero controle de comportamentos indesejáveis dizendo respeito a uma nova concepção de sociedade e de sujeito. Segundo este autor a medicina mental veio resolver um problema colocado pela loucura para a definição liberal do estado moderno: como justificar a segregação do louco que não tendo cometido qualquer crime representa ainda assim uma ameaça para a harmonia social? Se a revolta contra o internamento indiscriminado não poupa o criminoso, no caso da loucura é necessário um outro tipo de raciocínio que não se baseie no plano estritamente jurídico. A medicina mental vem cobrir esse hiato. A internação do louco socialmente necessária deixa de ser uma questão jurídica para transformar-se em assunto médico. O alienismo surge assim para cobrir uma lacuna do estado de direito burguês apontando no mesmo ato para a possibilidade do indivíduo alienado de si passível de tutela. Explícita se dá a outra face desse novo sujeito: aquela que está aquém ou além do contrato que escapa do domínio público da lei e entra no terreno da norma de algo que o sujeito deve controlar para não ser ele próprio controlado. Temos então de um lado o sujeito da lei, pensado como autônomo, livre e igual; de outro, o sujeito da norma, fundado nas noções de singularidade e inferioridade. Os ideais correlatos de liberdade e igualdade são assim complementados pela constituição de todo um aparato médico-pedagógico-psicológico que vai justamente sustentar as possíveis (ou necessárias) desigualdades e balizar a recém-inaugurada liberdade. Se todos são iguais perante a lei (o contrato artificialmente concebido pelos homens) cabe à ciência ordenar essa massa indistinta de indivíduos e distinguir os capazes dos incapazes, os fortes dos fracos, os espertos dos idiotas etc. No reino da igualdade cabe à ciência reinstaurar a desigualdade: isto é, um certo ordenamento da sociedade, colocar as coisas em seu devido lugar. A ciência discrimina, separa, classifica, acreditando seguir uma lógica que escapa à regra ou à vontade dos homens: a lógica inescapável da

natureza e da biologia. É assim que a noção de alienação mental e o enclausuramento da loucura são paralelos ao surgimento do moderno sentimento de família, de infância, correlatos por sua vez à concepção de uma natureza feminina ligada à maternidade e aos afazeres domésticos. A família como seio da natureza, a criança como ser naturalmente mais frágil por que mais próximo da natureza, a mulher marcada por sua propensão natural para a procriação. A igualdade ancorada na lei, balizada por uma diferença ancorada na biologia: essa dualidade do universo puritano. Dualidade que não é desprovida de paradoxos. O maior deles está na convivência das noções de igualdade (mesmo que perante a lei) e de universalidade com os termos colocados pela diferença biológica. Por outro lado, a uniformização e a homogeneidade implicados nas noções de igualdade e universalismo também se chocam com as possibilidades de diversidade implicadas nas noções gêmeas de liberdade e autonomia. Vemos, portanto, que não estamos lidando com um sistema de valores desprovido de contradições.

Mulher e louco, cujos destinos estarão desde sempre entrelaçados, comungam o fato de estarem sujeitos mais à norma que à lei, por isso tutelados e protegidos (lembramos aqui que se a mulher vai ser a cliente preferencial dos manicômios, os homens serão maioria absoluta nas prisões). Entretanto, se é verdade que o mundo burguês e masculino, branco e adulto não se pode negar que os valores que o sustentam: igualdade, universalidade, liberdade, contêm o germe de sua própria negação ou seja, contêm a partir de seus paradoxos a possibilidade de questionamento e dinamismo mesmo desvio em relação à norma.

É essa possibilidade de uma paradoxal negação de si mesmo que nos faz assistir a uma extensão do conceito de cidadania que passa a incluir muitos dos diferentes de outrora. São os valores axiais de igualdade e liberdade que sustentam a luta pelos direitos das minorias raciais, dos loucos, das crianças, dos homossexuais e das mulheres. Nesse sentido é possível afirmar que o mesmo movimento que transformou a mulher em um dos objetos privilegiados de medicalização e psiquiatrização em nossa sociedade foi responsável pelo surgimento da luta em prol dos direitos da mulher (e de sua igualdade com relação ao homem). A afirmação de uma diferença biológica e mental (no caso colocada pelo complexo médico-psicológico pela norma como contraponto da lei) e um movimento

complementar a afirmação da igualdade de direitos e só existe a partir desta. São os dois lados paradoxais de uma mesma moeda, cuja existência vem dar conta tanto de uma mulher como Florence Nightingale quanto da mulher nervosa e fragilizada, objeto de cuidados médicos, figuras exemplarmente reunidas e sintetizadas na dupla Anna O / Bertha Pappenheim.

No último capítulo do livro, Carla Cristina Garcia apresenta os dados de sua pesquisa junto às internas de São Paulo: 68 mulheres selecionadas entre os pacientes de duas clínicas, uma estadual e outra particular (onde foram entrevistadas pacientes conveniadas e particulares). Nesta parte do livro, embora de forma um tanto assistemática, a autora ilustra suas teses com relatos de caso, procurando demonstrar como a mulher internada na ver-

dade sofre por não preencher as expectativas do mundo (masculino) por ela internalizado ou por fugir delas. A Psiquiatria, por seu turno, ou os psiquiatras, aparecem como o reflexo fiel desse mundo. Apesar do capítulo se ressentir da falta de uma maior sistematização na apresentação dos temas abordados, a força dos relatos lhe empresta densidade. As histórias são de dor, sofrimento e tristeza. As internas derrotadas pela vida compõem a paisagem lugubre de nossos asilos que, humanizados por Pinel no final do século XVIII, seguem sua sina despersonalizadora. São sujeitos à espera de uma escuta que acolha sua diferença, no caso, dupla: ser louca e ser mulher. Escuta a que Carla Cristina se propôs. E aí reside o valor de seu trabalho.

JANE A. RUSSO ■